



Anais da Assembléia

N.100

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE SETEMBRO DE 1986.

ANO XII

^a
4. SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 84.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 1986.
QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Artagão Mattos Leão e Adhail Sprenger Passos.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos e Wilson Fortes (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Francisco Escorsin, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Rubens Bueno, Tuguio Setogutte e Werner Wanderer (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para o Projeto de Lei n. 206/86, de sua autoria, que cria o município de OURO VERDE DO OESTE, desmembrado de Toledo.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) SABINO CAMPOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.94/86, que denomina "Rodovia Agostinho Ducci", a Rodovia PR-218, que liga o município de São Sebastião da Amoreira à Rodovia PR-160.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) HERMAS BRANDÃO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 173/86, haja vista que se trata de projeto de lei que procura alterar a Lei Complementar n.27, sendo, portanto, matéria de vital importância.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) EDUARDO BAGGIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.157/86, de sua autoria, que declara a Associação dos Servidores da Secretaria de Estado do Interior como de utilidade pública.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) SABINO CAMPOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.162/86, de sua autoria, que regula a profissão de Despachante, na forma que especifica.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) NESTOR BAPTISTA.

Líder do Governo e PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.204/86, que autoriza o Poder Executivo a doar à Cooperativa Agrícola Irati Ltda, uma área de terra, com 5.000m2, situada no município de Mallet.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a concessão de Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.154/86, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 113/83, que cria o município de Rosário do Ivaí.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) JORGE MAIA FILHO.

Líder do PFL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.184/86, que declara de Utilidade Pública a Loja Maçônica José Bonifácio de Andrada e Silva, desta Capital.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.383/84, que cria o Distrito Administrativo de Mauá da Serra, no município de Marilândia do Sul, com as divisas que especifica.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) JORGE MAIA FILHO.

Líder do PFL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.153/86, que declara de Utilidade Pública o "Clube Esportivo do Deficiente", com sede nesta

Capital.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.195/86, que declara de Utilidade Pública a Sociedade de Promoção Social do Fissurado Láblio-Palatal.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado, infra-assinado, REQUER, na forma regimental, preferência de votação do Projeto de Lei n.170/86 (item 6, da Ordem do Dia de 17/09/86).

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dada preferência de votação ao Projeto de Lei n.158/86, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) NESTOR BAPTISTA.

Líder do Governo e PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência de votação ao Projeto de Lei n.383/84, de sua autoria, que cria o Distrito Administrativo de Mauá, no município de Marilândia do Sul, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.308/85, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, preferência na discussão e votação para os Projetos de Lei n.129/86 e 140/86, constantes da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER a inclusão na Ordem do Dia, da próxima sessão legislativa, do Projeto de Lei n.195/85, de sua autoria, que estrutura o Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, conforme especifica.

Tal pedido se faz, tendo-se em vista que o plano de lei em questão, foi retirado da Ordem do Dia, há mais de sessenta dias, com o fito de ser apreciado pelas Comissões Técnicas, e até o presente não foi incluído na mesma.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o retorno à Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.195/85, tendo em vista haver sido aprovado em Regime de Urgência, em dezembro de 1985.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) GERNOTE KIRINUS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Lourival Rauen, ocorrido no dia 03 próximo passado, em Curitiba, haja vista que o mesmo foi pioneiro em Paranavaí, chegando àquela região nos idos de 1950, e ajudou a construir o progresso do Noroeste, sendo fundador do Rotary Club de Paranavaí e membro-fundador da Sociedade Rural do Noroeste do Paraná, sendo, portanto, pecuarista de destaque no Paraná.

Outrossim, solicitamos -ainda, que seja dado ciência à família enlutada, especialmente à viúva, Senhora Eugênia Rauen, e aos filhos; Ayres Rauen, Lourival Rauen Filho e Eugênia Ceres Rauen Monteiro, no endereço seguinte: Rua São Paulo s/n, Jardim Renata, Paranavaí-PR; e às filhas Vera Abagge e Carmen Lúcia Lopes, no endereço seguinte: Rua Pedro Pizato 133 - Mercês - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) EDUARDO BAGGIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o soberano Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Pedro Jorge Júnior, ocorrido no dia 13 próximo passado, em Paranavaí.

Outrossim, solicita que seja dado ciência à família enlutada, especialmente aos pais Pedro Jorge e Jacira Deantoni Jorge, no endereço seguinte: Rua Pernambuco 869, Paranavaí - Paraná.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) EDUARDO BAGGIO.

JUSTIFICATIVA:

Este rapaz era um dos expoentes máximos da juventude daquela terra e teria pela frente uma brilhante carreira como médico, já que era acadêmico de Medicina da Faculdade de Medicina de Vassouras, no Rio de Janeiro.

O falecimento trágico deste jovem, deixou Paranavaí, sua terra natal, profundamente abalada, principalmente por ser membro de família das mais ilustres e tradicionais; pessoas que ali chegaram, ainda na década de 50, para desbravar uma das regiões mais inóspitas do Paraná, e que com grandes dificuldades lutaram pela grandeza e progresso daquele rincão, e aprenderam a amá-lo e ao seu povo como se fosse o único em nosso País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor JOÃO JACOB, ocorrido no dia 03 de setembro, nesta cidade.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares do extinto, através do Senhor César Amim Pasqualim, residente na Rua Duque de Caxias n.831, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor VICTOR INÁCIO DA SILVA, ocorrido nesta Capital, no dia 15/09/86.

O seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como em seu ambiente de trabalho, visto que o mesmo era funcionário do DNER há mais de vinte anos, onde angariou muitas amizades.

O extinto deixa viúva a Senhora Izaura Zanata da Silva e três filhos: Jussara, Gerson e Giovana.

Que, da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, na pessoa de

sua filha GIOVANA INÁCIO DA SILVA, na 2.^a Secretaria deste Poder.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Voto de solidariedade ao Senhor Governador do Estado, conforme especifica.

Senhor Presidente.

Seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor João Elísio Ferraz de Campos, expediente em que fique manifesto o mais veemente apoio e solidariedade desta Casa à medida corajosa e enérgica que tomou, determinando à Procuradoria Geral do Estado a tomar medidas judiciais destinadas à reabertura da Rodovia do Colono, que atravessa o Parque Estadual do Iguaçu.

Mais oportuno ainda, é este apoio à atitude do Senhor Governador, quando usa uma argumentação sóbria para justificar as medidas que mandou tomar, quando diz que não devemos discutir o mérito, se a estrada deve ou não deve ser aberta. O que não pode é ser tomada uma medida extemporânea, fechando uma estrada que há trinta anos vem servindo aos interesses econômicos e sociais da região.

Por outro lado, o asfaltamento da estrada que atravessa o Parque, em nada contraria a sua preservação, conforme se pode observar nos parques existentes em países mais desenvolvidos, onde, muito pelo contrário, se estabelecem medidas de defesa ecológica, ao mesmo tempo em que os parques estaduais ou federais são transformados em atrações turísticas.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(A) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR -- Telecomunicações do Paraná, no sentido da criação e instalação de uma central telefônica na municipalidade de Quinta do Sol.

O município de Quinta do Sol conta com uma população superior a sete mil habitantes. Uma região cuja atividade que lhe dá maior sustentação econômica é a agricultura necessita, ante ao desenvolvimento verificado, da implantação de toda uma infra-estrutura que permita melhorar ainda mais as condições de bem-estar de sua gente.

Neste sentido, acatando proposição de autoria do Excelentíssimo Senhor Mauro de

Andrade Martins, integrante do Poder Legislativo, a implantação de uma central telefônica, em Quinta do Sol, vem de encontro à real necessidade de dotar o Município de instrumentos adequados ao seu porte e ao impulso desenvolvimentista.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a imediata recuperação e conservação da estrada ligando as Municipalidades de Campo Mourão a Roncador.

Em 1983, mais precisamente no dia 29 de setembro, este Deputado apresentava requerimento, aprovado por esta Casa, no sentido da melhoria das condições da estrada que liga Campo Mourão a Roncador. Decorrido todo este tempo, muito pouco foi feito, trazendo como consequência o estado até mesmo lastimável na referida estrada, impossibilitando, em vários trechos, o tráfego de veículos.

Deste modo, o presente expediente tem o caráter de reiterar o pedido, visto que, nos dias de hoje, em praticamente toda sua extensão a estrada (total superior a setenta quilômetros) apresenta problemas, conforme informações prestadas pelo Ilustríssimo Senhor Miguel Burak, antigo morador da região, possuindo residência e estabelecimento comercial na localidade de Aterrado Alto (Município de Roncador). Segundo ele, profundo conhecedor dos problemas vividos pela população, onde é bastante conceituado, as reclamações são muitas, pois, em tempos chuvosos, o leito natural fica completamente intransitável em vários pontos.

Ademais, cabe dizer que entre Campo Mourão e Roncador situam-se extensas áreas cultivadas por diversas famílias, colhendo-se dali riquezas que somam-se à expressiva produção do Centro-Oeste que, infelizmente, perdem-se exatamente pela falta de condições para que as mesmas sejam escoadas, conforme também testemunha o Ilustríssimo Senhor Lírio Occhi, proprietário rural.

Pelas razões que aqui são apresentadas, urge, por parte dessa Pasta, a tomada de providências no sentido da recuperação e conservação da estrada mencionada, e que isto ocorra num menor prazo possível, dada a inquestionável gama de dificuldades vivenciadas entre Roncador e Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 17.09.86

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da SUREHMA- Superintendência de Recursos Hídricos e Meio-Ambiente, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, no sentido da realização de novos trabalhos visando a perfuração de poço artesiano na Vila Brezezinski, pertencente à Municipalidade de Campo Mourão.

Tendo em vista os resultados insatisfatórios com relação à perfuração de um poço na Vila Brezezinski, o Ilustríssimo Senhor José Martins, antigo morador da referida localidade, afirma existir grande número de pessoas que esperam contar, em suas residências com rede de água, mas para tanto é imprescindível que os trabalhos sejam reiniciados visando proporcionar tal benefício.

Trata-se, sem nenhuma dúvida, de importante solicitação, esperando-se que essa Superintendência, juntamente com essa Pasta, determinem o imediato atendimento da mesma.

Sala das Sessões, em 17.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de ofício dirigido ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR- Telecomunicações do Paraná, no intuito da instalação de um telefone público junto ao Colégio Estadual Dom Bosco - Ensino de 1. e 2. Graus, localizado na Municipalidade de Campo Mourão.

O Colégio Estadual Dom Bosco, tradicional estabelecimento de ensino mourãoense, que funciona no Bairro Lar Paraná, concentra grande quantidade de estudantes em seus três períodos. Por esta razão, está por merecer a implantação de um telefone público, tendo em vista a real necessidade verificada entre os frequentadores por este tipo de serviço.

De iniciativa da Ilustríssima Senhora Diretora Neusa Resendo Rieling, que essa Companhia dê o esperado respaldo à presente questão.

Sala das Sessões, em 17.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado encarecendo a destinação de recursos de ordem financeira para a inclusão das obras do centro comunitário localizado na Municipalidade de Campo Mourão.

O Centro Comunitário Sagrada Família é uma obra atualmente edificada pelos próprios moradores, através de sua Associação, envolvendo diretamente dois conjuntos: Presidente Tancredo Neves e Doutor Milton Luiz Pereira. Visa oferecer a seus moradores um local para a realização de inúmeros encontros voltados para maior integração das famílias, notadamente através de reuniões, cursos, cultos e festas.

Mas, para que torne-se uma realidade, o Centro Comunitário necessita contar com apoio financeiro dessa Governadoria, determinando a liberação de pelo menos R\$ 10.000,00 conforme reivindicação do Ilustríssimo Senhor Presidente da Comissão Pró-Construção, Natalício Tiago.

Sala das Sessões, em 17.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, objetivando a implantação em nosso Estado, do Programa de Formação Integral da Criança - PROFIC, conforme justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 17.09.86.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

O Programa de Formação Integral da Criança - PROFIC, já implantado e com ótimos resultados no vizinho Estado de São Paulo e com parecer favorável da Comissão de Educação desta Casa de Leis, tem por objetivo ampliar o tempo diário de permanência na escola à criança originária de família carente e cuja mãe trabalha fora; incentivar a integração entre a escola e a comunidade, entre a educação formal e informal e ampliar e melhorar o atendimento de crianças em idade pré-escolar, especialmente as da faixa de três a seis anos, prevenindo evasão, repetência etc.

O Programa de Formação Integral da Criança - PROFIC, virá, se implantado, melhorar sobremaneira a situação da comunidade, especialmente no campo social onde o aproveitamento da criança será maior, permitindo ainda um investimento a longo prazo na Educação o que sem sombra de dúvidas

só benefícios trará no futuro à coletividade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Jesus Sarrão, MD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a instalação de uma Delegacia da Mulher, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 17.09.86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A experiência de instalação de uma Delegacia da Mulher, em Curitiba, foi muito bem sucedida, a ponto de servir de exemplo para outras cidades, entre as quais Campo Mourão, cuja população vem reivindicando a instalação da Delegacia citada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Cordoni Júnior, MD. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar, solicitando melhorias no Posto de Saúde de Tapira.

Sala das Sessões, em 17.09.86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Posto de Saúde de Tapira necessita de aparelhamento adequado, maior volume de medicamentos e até mesmo reformas no prédio em que funciona, para melhor servir à comunidade de Tapira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Jesus Sarrão, MD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a instalação da Delegacia de Polícia no Lar Paraná, na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 17.09.86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O problema da falta de segurança no referido bairro tem sido agravado nos últimos dias, a ponto de diversas entidades fazerem abaixo-assinados solicitando a instalação da Delegacia de Polícia naquele local, tais como associações de bairros, igrejas, escolas e moradores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Airton Reis, MD. Secretário de Estado do Interior, solicitando a construção de um poço artesiano no Distrito de Flor do Oeste, Município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 17.09.86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Em recente reunião realizada com os moradores do referido distrito, recebi das lideranças locais e moradores a presente reivindicação. O crescimento populacional do referido distrito justifica a presente reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhora Gilda Poli Rocha Loures, MD. Secretária de Estado da Educação, solicitando a ampliação da Escola Estadual "Marechal Rondon" de Campo Mourão, através da construção de uma sala para biblioteca, uma para secretaria e um salão nobre ou anfiteatro.

Sala das Sessões, em 17.09.86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual "Marechal Rondon" passará a atender os cursos de 2.º Grau, a partir do ano de 1987, sendo necessário, portanto, a ampliação do espaço físico através da construção de novas salas para abrigar a biblioteca, secretaria e auditório ou salão nobre, visando proporcionar espaço adequado aos novos alunos do 2.º grau que passarão a frequentar a escola no próximo ano.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Geroldo Hauer, MD. Secretário de Estado das Finanças, solicitando a instalação de uma Agência de Rendas na cidade de Tapira.

Sala das Sessões, em 17.09.86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O crescimento populacional da Cidade de Tapira, aliado ao crescimento da produtividade agrícola e o volume financeiro do comércio, justificam a presente reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo Estadual, pedido de informações, solicitando os seguintes esclarecimentos:

1- O Senhor SAID KALIFE NAGE exerce ou exerceu algum cargo junto à Secretaria de Estado da Saúde Pública?

2- Exerce ou exerceu o referido cidadão alguma função remunerada junto àquela Pasta ou a qualquer outro órgão da Administração Estadual? Qual?

3- Em caso afirmativo- itens 1 e 2, qual a remuneração percebida por Said Kalife Nage?

4- Qual o horário de expediente do cidadão em causa?

5- Caso sejam positivas as respostas, fornecer cópias dos três (3) últimos contra-cheques do pagamento de Said Kalife Nage.

Sala das Sessões, em 17.09.86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 213/86
A Assembléia legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica declarada de utilidade pública a "Associação do Clube de Mães Sagrada Família", com sede e foro no Distrito de Anahi, Município de Corbélia.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.86.

(a) SÉRGIO SPADÃ.

JUSTIFICATIVA:

A Associação do Clube de Mães que pretendemos declarar de utilidade pública, foi fundada em 23 de agosto de 1984, é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, conforme determina o seu estatuto.

Entre seus objetivos gerais, destacamos o atendimento familiar, nas áreas de saúde, nutrição e saneamento.

A Associação possui ainda objetivos específicos, dentre os quais destacamos:

I- Organização e manutenção do Clube de Mães;

II- Participação na organização da co-

munidade com o intuito de tornar viável a todas as famílias, o acesso à assistência primária e bem-estar social.

III- Estimulação do aleitamento materno, promovendo o incentivo e orientações sobre o seu valor nutritivo, imunológico e psicológico.

IV- Promoção das condições de acesso das famílias, para regularização da sua situação legal, cível e previdenciária.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à apreciação de nossos nobres Pares, solicitando sua aprovação para que mereça o reconhecimento público estadual.

PROJETO DE LEI N. 214/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- A Câmara Municipal de Ivaiporã passa a contar, na próxima Legislatura, com 11 (onze) Vereadores.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.86.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a certidão em anexo, fornecida pelo juízo Eleitoral da 93.ª Zona, Ivaiporã conta atualmente com 30.530 (trinta mil, quinhentos e trinta) eleitores, comportando, assim, nos termos do art. 35, da Lei Orgânica, dos Municípios (Lei Complementar n. 27), o número de onze Vereadores à Câmara Municipal, razão pela qual estamos apresentando o presente plano de lei, que esperamos merecer o total apoio desta Casa.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO ESTADO DO PARANÁ
JUIZO ELEITORAL DA 93.ª ZONA

CERTIDÃO

C E R T I F I C O, a pedido verbal de parte interessada que, revendo neste Cartório os arquivos e demais papéis, constatei que o total de eleitores cadastrados até 06.08.1986, no Município de Ivaiporã, é de 30.530 (trinta mil quinhentos e trinta).

O referido é verdade e dou fé.

Ivaiporã, 10 de setembro de 1986.

(aa) SADY PEREIRA MESSIAS
Escrivão Eleitoral

Visto:

LORNI ZANIOLO

Juiz Eleitoral.

PROJETO DE LEI N. 215/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica declarada de utilidade pública estadual, a Sociedade Espírita Mourãoense, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Espírita Mourãoense é a entidade mantenedora do Dispensário Espírita Meimei. Com isso, ela cumpre o seu papel de socorrer, nos momentos mais difíceis, as crianças das famílias mais carentes. Recolhe e dá assistência, às crianças que sofrem doenças e necessitam da recuperação, mas as famílias não têm condições de arcar ou mesmo acompanhar a recuperação do doente.

Nisso reside um mérito inquestionável: aliviar a pesada carga dos menos favorecidos pela sorte, que precisam trabalhar hoje para pagar o que se comeu ontem. Não há no seio dessas famílias recursos e tempo suficiente para acompanhar a convalescença de um doente. Nesse caso entra o Dispensário Espírita Meimei, recolhendo os pequenos doentes e lhes dando assistência médica, alimentar e higiênica, só os devolvendo as suas famílias depois de completamente restabelecidos.

Campo Mourão, já reconheceu o mérito do trabalho desenvolvido, declarando a Entidade mantenedora de utilidade pública municipal, através da Lei n. 480/85, da Câmara de Vereadores. Agora o Dispensário Espírita Meimei está ampliando a sua área física de atendimento. O número de famílias carentes assistidas aumenta e são necessárias novas instalações. Nada mais justo do que atendermos às reivindicações do Presidente daquela entidade, Senhor Alcídio Pereira.

Com isso, a meritória Entidade que ajuda a aliviar a pesada carga dos menos favorecidos pela sorte, viabilizará o repasse de recursos por parte do Governo do Estado. A Entidade conta já, com terreno próprio para construção do novo dispensário, doado pelo Município, comprovando a seriedade do trabalho desenvolvido.

Diante do exposto, solicita aos nobres Pares o devido apoio, para que a Sociedade Espírita Mourãoense venha a ser declarada de utilidade pública estadual. É um reconhecimento justo pelos destacados

serviços desempenhados pela entidade, na nobre missão de ajudar a aliviar os sofrimentos de centenas de crianças de famílias altamente carentes.

CARTÓRIO PRIVATIVO DE REGISTRO DE
TÍTULOS, DOCUMENTOS E PROTESTOS
Cidade e Comarca de Campo Mourão
Estado do Paraná

EXTRATO PARA FINS DE REGISTRO

I- A Sociedade Espírita Mourãoense, fundada aos 02 de setembro de 1984, com sede e foro nesta cidade de Campo Mourão-Pr., à Av. Jorge Walter, s/n., é de caráter fundamentalmente Kardecista. Tem por objetivo essencial: o estudo dos fenômenos relativos às manifestações espíritas e suas implicações científicas, filosóficas e religiosas, utilizando como roteiro básico, as obras codificadas por Alan Kardec; o ensino da Doutrina Espírita às crianças, adolescentes e adultos; a assistência espiritual e a assistência social. Com prazo de duração indeterminado.

II- São órgãos da sociedade: Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva. Os membros dos órgãos da administração exercem seus cargos ou mandatos gratuitamente. A Diretoria Executiva, compõe-se de: Presidente; Vice-Presidente; 1.º e 2.º Secretário; 1.º e 2.º Tesoureiro; Bibliotecário e Diretor de Departamento. Compete ao Presidente representar a sociedade, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente podendo delegar poderes ou constituir procuradores, quando necessário.

III- Os sócios da entidade não respondem nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações sociais.

IV- A reforma parcial ou total deste Estatuto, só poderá dar-se por deliberação de no mínimo dois terços dos membros do referido Conselho, respeitando o disposto no parágrafo abaixo. Parágrafo único: Fica expressamente proibida e, conseqüentemente, nula, a reforma quanto aos fins da sociedade.

V- No caso de dissolução da sociedade, o que só poderá ocorrer por decisão de dois terços do Conselho Deliberativo, os bens móveis e imóveis passarão para o patrimônio da Federação Espírita do Paraná.

Campo Mourão, 12 de setembro de 1984.

(a) ROSIMERY KFFURI NUNES- Oficial

ESTATUTO DA SOCIEDADE ESPÍRITA MOURÃOENSE

Da, Denominação, Sede, Fins e Duração.

Art.1.º- A Sociedade Espírita Mourãoense, fundada nesta Cidade de Campo Mourão, aos 02 de setembro de 1984, onde

tem a sua sede à Avenida Jorge Valter, s/n., e foro nesta Comarca é de caráter fundamentalmente Kardecista.

Art.2.º- A Sociedade Espírita Mourãoense, reger-se-á por este Estatuto e disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Art.3.º- A Sociedade Espírita Mourãoense, tem por objetivo essencial:

a) o estudo de todos os fenômenos relativos às manifestações espíritas, e suas implicações científicas, filosóficas e religiosas, utilizando como roteiro básico, as obras codificadas por Allam Kardec;

b)- o ensino da Doutrina Espírita às crianças, adolescentes e adultos;

c)- a assistência espiritual;

d)- a assistência social.

Art.4.º- A Sociedade Espírita Mourãoense, terá duração por tempo indeterminado.

DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Art.5.º- São órgãos da Sociedade Espírita Mourãoense:

a)- Conselho Deliberativo;

b)- Diretoria Executiva.

Parágrafo Único - Os membros dos órgãos da administração exercem seus cargos ou mandatos gratuitamente, ficando-lhes vedado perceber remuneração a qualquer título.

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 6.º- O Conselho Deliberativo será composto de 7 (sete) membros, os quais serão eleitos pela assembléia geral dos sócios administrativos, bienalmente (art.27).

Parágrafo Único - Dentro da necessidade o número de elementos do Conselho Deliberativo poderá ser aumentado para 9 (nove) ou 11 (onze).

Art.7.º- O Conselho Deliberativo é órgão soberano, fiscal e deliberativo da Sociedade, sendo legais as suas decisões, desde que tomadas pela maioria absoluta de seus membros e não contrariem as disposições deste Estatuto.

Art.8.º- Somente os sócios administrativos poderão ser eleitos membros do Conselho Deliberativo.

Art.9.º- Importa em perda de mandato eletivo ou de representação, decidida pelo Conselho Deliberativo da Sociedade, o mandatário ou pessoa que:

a) não assumir, dentro do prazo marcado, o cargo ou função para o qual tenha sido eleito ou nomeado por ato do referido Conselho;

b) no exercício do cargo, evidenciar incontinência de conduta;

c) não comparecer às reuniões a que esteja obrigado, sem causa justificada, a

três (3) consecutivas ou a cinco (5) interpoladas, em cada (12) meses;

d)- praticar atos que importem em pública abdicação das suas convicções espíritas.

§ 1.º- Extingue-se o mandato:

a) pela expiração de seu prazo;

b) pela renúncia;

c) pela desencarnação.

§ 2.º- Se a vaga for do Presidente ou do Vice-Presidente, e se não houver decorrido mais da metade do mandato, far-se-á nova eleição para preenchimento do cargo pelo restante do tempo.

§ 3.º- Se houver decorrido esse tempo (parágrafo 2.º), o Vice-Presidente assumirá a presidência e o Conselho Deliberativo providenciará a eleição para o cargo de Vice-Presidente.

Art.10.º- O Conselho Deliberativo reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, lavrando-se a competente ata.

§ 1.º- Os avisos de convocação de reunião extraordinária mencionarão sempre o motivo da reunião.

§ 2.º - As reuniões do Conselho Deliberativo serão presididas pelo presidente da Diretoria Executiva ou pelo seu substituto legal.

Art.11 - Ao Conselho Deliberativo cabe privativamente:

a) criar, alterar ou extinguir cargos, funções ou empregos, fixando-lhes condições de provimento e vacância, atribuições e, se remunerados, os respectivos salários;

b) criar órgãos e instituições, departamentos e serviços para a execução dos objetivos estatutários, regulamentando-os;

c) eleger, bienalmente, o Presidente e o Vice-Presidente, assim como Diretores dos Departamentos da Diretoria Executiva;

d) autorizar despesas extraordinárias ou auxílios de valor superior a 100 ORTNS (em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional);

e) - cassar qualquer mandato, nos casos previstos neste Estatuto.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 12 - A Diretoria Executiva tem por fim prover a administração da Sociedade, tudo providenciando no sentido de que sejam cumpridas as determinações estatutárias, os regulamentos e as deliberações do Conselho Deliberativo da Sociedade.

Art.13 - A Diretoria Executiva, compõem-se de :

a) Presidente;

b) Vice-Presidente;

c) 1.º Secretário;

d) 2.º Secretário;

e) 1.º Tesoureiro;

- f) 2º Tesoureiro;
- g) Bibliotecário;
- h) Diretor de Departamento.

Art. 14 - O Presidente, o Vice-Presidente e Diretores de Departamentos serão eleitos pelo Conselho Deliberativo (art. 11, c), os demais cargos serão da livre escolha e dispensa do Presidente.

Art. 15 - O mandato dos membros da Diretoria Executiva, terá início no máximo vinte (20) dias após as eleições.

Art. 16 - Serão lançadas em livro de atas as resoluções tomadas em reunião da Diretoria Executiva, bem assim as nomeações e designações de auxiliares da administração em geral.

Parágrafo único- A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez, por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, lavrando-se a competente ata.

DO PRESIDENTE

Art. 17 - O Presidente, como depositário da função executiva, é o responsável pelos negócios entregues à sua direção competindo-lhe:

- a) representar a Sociedade judicial ou extrajudicialmente, atima ou passivamente podendo delegar poderes ou constituir procuradores, quando necessários;
- b) cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto, assim como executar as decisões do Conselho Deliberativo, tal como forem determinadas;
- c) presidir as reuniões do conselho e convocá-lo extraordinariamente, quando for o caso;
- d) prover, por si diretamente ou por seus auxiliares, os serviços administrativos;
- e) ordenar o pagamento das despesas ordinárias e pedir ao Conselho Deliberativo autorização para as de caráter extraordinário;

f) firmar contratos, compromissos ou outros atos de caráter econômico-financeiro, com prévia autorização do Conselho Deliberativo, se o valor exceder a 100 ORTNS (em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional);

g) nomear, exonerar, dispensar ou licenciar auxiliares ou empregados da Sociedade, salvo as restrições das disposições legais;

h) apresentar ao Conselho Deliberativo, no fim de cada ano, um relatório escrito, fazendo circunstanciada exposição dos fatos ocorridos durante o período relatado, sugerindo medidas para serem sanadas as lacunas porventura observadas. Nas reuniões ordinárias do Conselho Deliberativo exporá, também, de viva voz, os principais acontecimentos ocorridos durante o mês;

- i) justificar as razões de convocação extraordinária do Conselho;
- j) inventariar os bens do Centro;
- l) escolher e nomear, após as eleições, seus auxiliares administrativos que lhe mereçam confiança;
- m) zelar pelo bom andamento dos serviços e trabalhos espíritas.

DO VICE-PRESIDENTE

Art. 18- O Vice-Presidente é o substituto legal do Presidente nos seus impedimentos transitórios. Para estar em condições de fazê-lo, deve acompanhar a marcha da administração, secundando o Presidente na fiscalização e execução de suas atribuições.

DO SECRETÁRIO

Art. 19- São atribuições do Secretário:

- a) organizar e dirigir os trabalhos relativos à Secretaria;
- b) ter sob sua guarda e responsabilidade, na sede da Sociedade, o arquivo e o material pertencente à Secretaria;
- c) receber a correspondência, dando-lhe o competente destino;
- d) preparar o expediente, submetendo-o à assinatura do Presidente quando for o caso;
- e) fazer e assinar, por ordem do Presidente, os editais e avisos de convocação do Conselho Deliberativo, bem como aqueles que se referem às eleições;
- f) secretariar as sessões, lavrando as respectivas atas e manter sob sua guarda, na Secretaria, os respectivos livros;
- g) manter no livro de presença, que manterá sob sua guarda, as assinaturas dos conselheiros nas reuniões do Conselho;
- h) substituir o Vice-Presidente nos impedimentos deste.

Art. 20 - Nos seus impedimentos, o Primeiro Secretário será substituído pelo Segundo e, no impedimento deste, por quem vier a ser designado pelo Presidente.

DO TESOUREIRO

Art. 21 - Compete ao Tesoureiro:

- a) supervisionar os trabalhos da Tesouraria;
- b) ter sob sua guarda e responsabilidade o material e arquivo da Tesouraria, bem como os dinheiros e títulos não recolhidos a estabelecimentos bancários e demais valores da responsabilidade da Sociedade;
- c) preparar o expediente da Tesouraria, assinando-o e submetendo-o ao "visto" do Presidente;
- d) receber as mensalidades, contribui-

ções, doações, recolhendo-as a estabelecimento bancário;

e) efetuar os pagamentos regulares de preferência com cheques, devendo estes ter também a assinatura do Presidente;

f) manter em dia e em ordem os registros e escrituras financeiras da Sociedade;

g) organizar os balanços e balancetes, para constarem dos relatórios submetidos à apreciação do Conselho Deliberativo.

Art.22- Nos seus impedimentos, o Primeiro Tesoureiro, será substituído pelo Segundo e, no impedimento deste, por quem vier a ser designado pelo Presidente.

DOS SÓCIOS E COLABORADORES

Art.23 - O Centro terá duas categorias de sócios:

- a) sócio contribuinte;
- b) sócio administrativo.

Art.24 - São condições para a categoria de sócio contribuinte:

- a) ser espírita;
- b) ser interessado no estudo da Doutrina Espírita e na prática da moral por ela preconizada;
- c) ser contribuinte mensalista de importância pré-fixada, pelo Conselho Deliberativo do Centro.

Art.25 - São condições para a categoria de sócio administrativo:

- a) não pertencer a organização religiosa ou filosofia contrária ao Espiritismo;
- b) ser espírita, reconhecido pelos seus atos e conhecimentos;
- c) ser sócio contribuinte há mais de um (1) ano;
- d) haver frequentado assiduamente a Entidade durante o período acima;
- e) haver sido admitido pelo Conselho Deliberativo para essa categoria.

Art.26 - São considerados colaboradores os que, não apresentando nenhum vínculo doutrinário com a Sociedade, colaboram financeiramente em favor das obras sociais espíritas mantidas pela Entidade.

Art.27 - Compete aos sócios administrativos, reunidos em Assembléia Geral, eleger bienalmente, o Conselho Deliberativo da Sociedade.

DA ASSEMBLÉIA GERAL E DAS ELEIÇÕES

Art. 28 - As eleições processar-se-ão sob a forma de votação secreta.

Art.29 - Para efeito das eleições dos Membros do Conselho Deliberativo os votantes receberão uma lista completa dos sócios administrativos, e escolherão tantos conselheiros quantos forem exigidos pelo Estatuto. (art.6º).

§ 1º- Trinta dias antes das eleições,

o Secretário afixará no quadro de avisos da Sociedade, a relação dos sócios que poderão ser eleitos.

§ 2º- Os sócios administrativos interessados, poderão registrar na secretaria da Sociedade, até 48 horas antes do dia fixado para as eleições, chapas com os nomes de seus candidatos ao Conselho Deliberativo.

§ 3º- Cada votante escolherá a chapa de sua preferência, podendo ainda, substituir os nomes apresentados.

§ 4º- As vagas que surgirem no Conselho Deliberativo, serão preenchidas pelos seus membros, sob o critério da maioria absoluta, cabendo aos escolhidos permanecerem nos cargos pelo período restante do mandato.

Art.30 - A Assembléia Geral reunir-se-á, mediante convocação do presidente da Sociedade, através de edital fixado no quadro de avisos, com a antecedência de trinta (30) dias, da data marcada para as eleições.

Parágrafo Único- A Assembléia Geral, reunir-se-á, validamente:

- a) Em primeira convocação com a presença da metade mais um, do total dos sócios administrativos;
- b) Em segunda e última convocação, trinta minutos após a primeira convocação, com a presença de, no mínimo, o número correspondente ao total de membros do Conselho Deliberativo. (art.6º).
- c) No caso de não se reunir o número fixado no item "b", a presidência promoverá nova convocação para dez (10) dias após, quando então a Assembléia Geral deliberará com qualquer número.

Art.31 - São condições para votar e ser votado:

- a) pertencer ao quadro social na categoria de sócio administrativo e ter atividade normal pelo menos a um dos trabalhos realizados na Sociedade, durante período não inferior a um (1) ano;
- b) ser maior de idade, nos termos da legislação civil;
- c) não ser credor ou devedor da Sociedade.

Art.32 - Os membros da Diretoria Executiva somente poderão ser reeleitos, para o mesmo cargo, uma única vez consecutiva.

DOS DEPARTAMENTOS

Art.33 - A Sociedade deverá manter, sempre que possível, os seguintes departamentos;

- 1) - Departamento de Infância e Mocidade, ao qual compete formar, com os filhos de frequentadores da Sociedade e demais interessados, respeitando-se os limites de idade;

- a) Escola Espírita de Evangelização;
- b) Mocidade Espírita.

2) Departamento Doutrinário, ao qual compete estudar e estruturar os trabalhos de divulgação doutrinária e os trabalhos práticos.

3) Departamento de Assistência Social, ao qual compete elaborar programas de trabalho para atendimento a necessitados em geral.

Art. 34.- Os Departamentos deverão trabalhar entrosados entre si, de tal maneira, que o programa da Sociedade, embora executado por partes, seja uno na sua organização e objetivo.

DO PATRIMÔNIO

Art. 35- O patrimônio será avaliado e contabilizado.

Art.36- Os bens serão inalienáveis, salvo em casos excepcionais, por evidente necessidade e manifesta conveniência; em tais casos, o Conselho Deliberativo, após prévia avaliação, poderá autorizar vendas, permutas ou constituição de ônus reais.

§ 1.º- A autorização do Conselho Deliberativo deverá ser resultante do assentimento de dois terços (2/3) pelo menos de seus membros.

§ 2.º- Ao conceder a autorização, o Conselho Deliberativo deverá determinar, no mesmo ato, a aplicação dos recursos.

§ 3.º- A Sociedade somente poderá receber doações vinculadas à condições ou compromissos, com autorização do Conselho Deliberativo.

DA RECEITA E DAS DESPESAS

Art.37 - A receita será constituída das seguintes rubricas:

- a) rendimento de bens;
- b) doações, legados, donativos, contribuições, subvenções, auxílios, produto de campanhas e festividades;
- c) diversas origens.

Art.38 - A despesa fica assim discriminada:

- a) encargos sociais;
- b) custeio e conservação de bens;
- c) construção;
- d) assistência social;
- e) difusão doutrinária;
- f) departamentos;
- g) obrigações diversas.

Art.39 - As despesas serão afetadas de acordo com a arrecadação.

Art.40 - É vedada a ajuda sob qualquer pretexto, distribuição de lucros, bonificações ou vantagens, a dirigentes e conselheiros.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.41 - No caso de dissolução da Sociedade, o que só poderá ocorrer por decisão de dois terços (2/3) do Conselho Deliberativo, os bens móveis e imóveis passarão para o patrimônio da Federação Espírita do Paraná.

Art.42 - Os sócios da Entidade não respondem nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Parágrafo Único - A exorbitância dos poderes implica em responsabilidade pessoal, na conformidade dos excessos praticados.

Art.43 - Este Estatuto, aprovado e subscrito pelos membros do Conselho Deliberativo, entra em vigor após o seu registro legal, devendo o seu inteiro teor ser lançado no livro de atas correspondente, sendo que a sua reforma parcial ou total, só poderá dar-se por deliberação de no mínimo dois terços (2/3) dos membros do referido Conselho, respeitado o disposto no parágrafo abaixo.

Parágrafo Único - Fica expressamente proibida e, conseqüentemente, nula a reforma quanto aos fins da Sociedade, previstos no Art.3.º, deste Estatuto.

Campo Mourão, 02 de setembro de 1984.

(aa) ALCIDIO PEREIRA

Presidente

MOACIR COPPOLA

Secretário.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

SOCIEDADE ESPÍRITA MOURÃOENSE

1- O Dispensário Espírita Meimei, surgiu por dispositivo Estatutário, da Sociedade Espírita Mourãoense, conforme Artigo 3.º, letra "d", registrado no Ofício Privativo de Registro de Títulos e Documentos e Protesto de Campo Mourão- Pr., sob n.632 do Livro "A" em 04.10.84 bem como Registrado no Diário Oficial em 19.09.84 à página 38.

2- A Sociedade Espírita Mourãoense mantenedora do Dispensário Espírita Meimei, está inscrita no Cadastro Geral dos Contribuintes do Ministério da Fazenda sob n. 76.720.614/0001-00, com atividade de Associação, beneficente, religioso e assistencial em 29.10.84.

3- O Dispensário Espírita Meimei recebeu em 05.12.84, autorização do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara de Menores e Anexos da Comarca de Campo Mourão-Pr., DIMAS ORTÊNCIO DE MELO, para o funcionamento e desenvolvimento do programa contido em seu Regimento Interno.

4- Conforme se lê em seu Regimento Interno o Dispensário Espírita Meimei, observando que crianças carentes exigiam um tratamento pós-hospitalar melhor, iniciou suas atividades com as seguintes crianças:

5- Michel Machado, Dione Juliano Machado, Lucimara Tatiene Machado, Hellen Cristina, Silvana Proença Moraes, Valdirene Proença Moraes, Sirlene Proença Moraes, Moacir Proença Moraes, Claudemir Bonfim. Todas estas crianças se encontravam em estado de carência quer afetiva, física, moral, e em extrema desnutrição como podem ser atestados pelo médico Doutor Makato.

6- O Michel após um período de 3 meses de tratamento, está convivendo com a mãe e até hoje recebe apoio do Dispensário.

Juliano desde setembro/84, vem sendo assistido pelo Dispensário, o mesmo acontecendo com a Lucimara, em período integral.

Hellen Cristina, com a colaboração da Irmã Judith do Lar Dom Bosco, foi adotada. A Sirlene e a Waldirene, por ser o pai viúvo, estão atualmente sendo assistidas pelo Lar Dom Bosco. A Silvana e o Moacir e o Claudemir, este último com a colaboração da Irmã Judith, foram adotados.

7- Face ao acima exposto solicitamos ao Senhor Doutor Excelentíssimo Juiz de Menores de Campo Mourão, DIMAS ORTÊNCIO DE MELO, que nos abonasse, bem como ao médico do Hospital Bom Jesus Doutor MAKOTO, visto os mesmos terem acompanhado o trabalho do Dispensário.

Campo Mourão, 30 de setembro de 1985.

(a) ALCIDIO PEREIRA
Presidente

LEI N. 480/85
de 26 de Novembro de 1985.

SÚMULA: Declara de utilidade pública a SOCIEDADE ESPÍRITA MOURÃOENSE, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art.1.º- Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Espírita Mourãoense, registrado sob n. 632, Livro "A", Fls. 340, no Cartório de Ofício-Privativo de Registro de Títulos, Documentos e Protestos da Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "10 DE OUTUBRO", em

26 de novembro de 1985.

(a) PROF. JOSÉ POCHAPSKI
Prefeito Municipal.

DEMONSTRATIVO DE COMPRAS DA SOCIEDADE ESPÍRITA MOURÃOENSE

Período de 02 de setembro de 1984
a Agosto de 1985.

Histórico	Débito	Crédito
Despesas no período c/aluguel	11.056.000	
Despesas no período com água	11.539	
Despesas no período com luz	24.354	
Receita de doação espontânea		11.056.000
Receita de mensalidade		1.795.000
Receita da venda de papel		1.384.571
Receita da feira da maçã		1.000.000
Receita financeira		826.991
SOMA	11.091.893	16.062.562
Saldo em conta corrente n.435-3	175.139	
Saldo em poupança n. 31435-0	1.009.453	
Saldo em poupança n. 29943-1	3.786.077	
TOTAL	16.062.562	16.062.562

DEMONSTRATIVO DO SALDO NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Saldo em conta corrente n.435-3	175.139
Saldo em conta poupança n. 31435-0	1.009.453
Saldo em conta poupança n. 29943-1	3.786.077
TOTAL DO SALDO DISPONÍVEL	4.970.669

Campo Mourão, 30 de agosto de 1985.

(aa) Presidente
Tesoureiro.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CENTRO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS-FISCAIS
CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES

C G C
FICHA DE INSCRIÇÃO
DO ESTABELECIMENTO-SEDE

01 01 PARA USO DA REPARTIÇÃO

1

02 02

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

1. CONSULTE O MANUAL DO CONTRIBUINTE C.G.C. AO PREENCHER ESTA FICHA.
2. PREENCHA-A A MÁQUINA EM 3 (TRÊS) VIAS PERFEITAMENTE LEGÍVEIS.
3. NÃO PREENCHA OS QUADROS DE "USO DA REPARTIÇÃO".
4. DEIXE EM BRANCO OS ITENS EM QUE NADA TENHA A INFORMAR.
5. APRESENTE TODAS AS VIAS AO ÓRGÃO DA SRF DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO-SEDE.
6. PREENCHA OS CAMPOS DIVIDIDOS EM QUADRINHOS, COLOCANDO CADA LETRA DENTRO DE UM QUADRINHO, A COMEÇAR DO PRIMEIRO.



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CGC

76 720 614/0001-00

* ESTA FICHA, QUANDO AUTENTICADA, SUBSTITUI O CARTÃO C. G. C. PELO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DE RECEPÇÃO (QUADRO 14) OU DA ÚLTIMA DATA DE REVALIDAÇÃO APOSTA NO VERSO.

03 INFORMAÇÕES GERAIS

03 INSCRITO ANTERIORMENTE NO C.G.C. SIM ☐ NÃO ☒ 01 8 02 6

04 SOLICITAÇÃO DE BAIXA NA MAIS DE 5 (CINCO) ANOS? SIM ☐ NÃO ☒ 03 0 04 9

05 NÚMERO DE INSCRIÇÃO ANTERIOR NO C.G.C. N.º BÁSICO N.º ORDEM CONTROLE

05 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

07 ANS DE BALANÇO 08 PERCENTUAL DO CAPITAL DE ORIGEM NACIONAL 01 2 0 0 0 DE ORIGEM ESTRANGEIRA 02 0 0 0 8

09 FAIXA DE CAPITAL (Assinale com "X") MENOS DE R\$ 100.000 X 01 6 ENTRE R\$ 100.000 E R\$ 1.000.000 02 4 MAIS DE R\$ 1.000.000 03 2

06 NATUREZA JURÍDICA

10 ASSINALE COM "X" A FORMA DE CONSTITUIÇÃO

EMPRESA INDIVIDUAL (COMÉRCIO OU INDÚSTRIA)	00 6	EMPRESA PÚBLICA	10 3
SOCIEDADE EM NOME COLETIVO	01 4	SOC. DE ECONOMIA MISTA	11 1
SOC. POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LTDA.	02 2	SOC. ANÔNIMA (CAPITAL FECHADO)	12 0
SOC. DE CAPITAL E INDÚSTRIA	03 0	SOC. ANÔNIMA (CAPITAL ABERTO)	13 8
SOC. COMANDITA SIMPLES	04 9	EMPRESA INDIVIDUAL (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)	14 6
SOC. EM COMANDITA POR AÇÕES	05 7	FUNDAÇÃO	15 4
SOC. CIVIL COM FINS LUCRATIVOS	06 5	ASSOCIAÇÃO	16 2
SOC. EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO	07 3	AUTARQUIA	17 0
SOC. COOPERATIVA	08 1	ÓRGÃO PÚBLICO	18 9
FILIAL, SUCURSAL, AGÊNCIA DE EMPRESA SEDIADA NO EXTERIOR	09 0		

04 RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS

06 ASSINALE COM "X" OS TRIBUTOS QUE A SEDE RECOLHER HABITUALMENTE

IMPOSTO DE RENDA (DECLARAÇÃO)	X00 9	LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS	08 4
EXPORTAÇÃO	01 7	ENERGIA ELÉTRICA	09 2
PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	02 5	MINERAIS	10 6
IMPORTAÇÃO	03 3	TRANSMISSÃO PROP. IMOBILIÁRIA	11 4
IMPOSTO DE RENDA (NA FONTE)	X04 1	ICM	12 2
IP	05 0	PROPRIEDADE TERRITORIAL E PREDIAL URBANA	13 0
OPERAÇÕES FINANCEIRAS	06 8	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	14 9
SERVIÇOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (FEDERAL)	07 6		

07 ATIVIDADE PRINCIPAL DO ESTABELECIMENTO-SEDE

11 DESCRIÇÃO ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, RELIGIOSA E ASSISTENCIAL 12 CÓDIGO 8 0 2 1 9

08 DENOMINAÇÃO

13 FIRMA OU RAZÃO SOCIAL / DENOMINAÇÃO COMERCIAL SOCIEDADE ESPÍRITA MOURÃO E NSE

14 NOME DE FANTASIA

09 ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO-SEDE

15 TIPO (RUA, AV, ETC.) AV 16 NOME DO LOGRADOURO JOSE VALTEIR 17 NÚMERO S/N 18 COMPLEMENTO (ANEXOS, SALA, ETC.) 19 BAIRRO OU DISTRITO CENTRO 20 CEP 8 7 3 0 0 21 SÍMBOLO DAUF. P R 22 MUNICÍPIO CAMPO LINDO 23 CÓDIGO DO MUNICÍPIO 7 4 8 3 24 CÓDIGO DA INSPECTORIA

10 PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

25 INSCRIÇÃO NO CPF 26 NOME

27 DATA 26-10-84

28 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

29 ASSINATURA TOTAL RESPONSABILIDADE COM PLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE

30 DATA DE RECEPÇÃO

31 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO

32 PARA USO DO ÓRGÃO LOCAL DA JURISDIÇÃO DA SEDE

12 CONTROLE DE REMESSA DE DOCUMENTOS

29 PARA USO DO ÓRGÃO RECEPTOR

13 30 RECEPÇÃO NO ÓRGÃO DA JURISDIÇÃO DA SEDE

CARIMBO DO ÓRGÃO/RUBRICA DO FUNCIONÁRIO

97.010/7483

11/10/86

A.R.F. CAMPO MOURÃO

14 PARA USO DO ÓRGÃO LOCAL DA JURISDIÇÃO DA SEDE

31 DATA DE RECEPÇÃO 32 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO

(Publicado no Órgão Oficial
"Tribunal do Interior"
Edição n. 1416, de 01.12.85.

Município de Campo Mourão.
Estado do Paraná.

LEI N. 480/85
De 26 de Novembro de 1985.

SÚMULA - Declara de utilidade pública a Sociedade Espírita Mourãoense e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Campo Mourão, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art.1.- Fica declarada de utilidade pública, a Sociedade Espírita Mourãoense, registrado sob n. 632, Livro "A", Fls. 340, no Cartório de Ofício Privativo de Registro de Títulos, Documentos e Protestos da Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná.

Art.2.- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal" 10 de outubro" em
26 de novembro de 1985.

(a) Prof. JOSÉ POCHAPSKI
Prefeito Municipal.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Não havendo expediente a ser lido, passamos ao Pequeno Expediente, concedendo a palavra ao Senhor Deputado Sabino Campos, primeiro orador inscrito.

O SR. SABINO CAMPOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"No mês de abril deste ano, estive em Brasília, uma extensa comitiva do Oeste do Paraná, inclusive com representantes do Governo do Estado, para uma audiência com o Ministro da Educação Jorge Bornhausen. Nesta audiência foi solicitado ao Ministro, entre outras coisas, a liberação de recursos para as quatro instituições de ensino superior do Oeste: as faculdades de Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon.

Pois bem, Senhores Deputados! Naquela oportunidade, o Ministro da Educação, diante de trinta pessoas, destinou dez milhões de cruzados para as quatro instituições, afirmando que, a partir do dia seguinte, aquele montante poderia ser liberado.

Tinha-se a impressão que naquele momento havia se rompido o cerco que as autoridades federais mantiveram sobre o ensino superior paranaense durante dezenas de anos.

Puro engano. Desde aquela época até hoje os recursos não foram repassados para as quatro instituições, num claro desres-

peito do Ministério da Educação para com o ensino paranaense. Mais uma vez se confirmou a prática de discriminação da União com relação à educação de terceiro grau do nosso Estado.

As justificativas e desculpas foram as mais variadas e descabidas. Primeiro, foi definido que os recursos seriam liberados na época da visita do Ministro ao Paraná. O Ministro veio, no dia 17 de julho, mas não trouxe o dinheiro.

Então ficou acertada uma nova data para a liberação dos recursos: a primeira semana de agosto. Chegou a época combinada, e ao invés dos recursos, o Ministério solicitou das quatro instituições um circunstanciado plano de aplicação da verba. As faculdades providenciaram o plano. Marcou-se nova data para a liberação dos recursos: 28 de agosto. Desta vez não saiu sob a alegação de que os recursos tinham se esgotado, o que seria solicitado remanejamento à SEPLAN.

Adiou-se a liberação para 04 de setembro. Em 04 de setembro, o prazo foi estendido para 11 de setembro, e depois para o dia 18 deste mês, portanto, poderá ser amanhã.

Diante desse fato, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não podemos ficar calados. Não podemos nos omitir quando o Paraná continua a ser tratado com descaso, ainda mais por um Ministro da Nova República.

E não podemos permitir que as faculdades do Oeste sejam ainda mais prejudicadas do que já foram. Afinal, com os recursos prometidos já haviam sido elaborados projetos educacionais de mais alta importância; projetos que tiveram que ser momentaneamente desativados, provocando inúmeros transtornos.

Protestamos veementemente, Senhores Deputados, contra esta prática de desprezo do Ministro Jorge Bornhausen com o Paraná. E avisamos que essa conduta, de prometer e não cumprir, está gerando um clima de descontentamento generalizado nas faculdades do Oeste, o que poderá gerar situações extremas e não desejáveis.

E a responsabilidade por isso será única e exclusiva do Governo Federal e de seu Ministro Bornhausen que não cumpriu aquilo que disse, que faria, deixando o Paraná mais uma vez a perder aquilo que tem direito pelos impostos que recolhe à Nação."

Era o que tínhamos a dizer.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna elogiar a atuação do Juiz Federal Milton Luís Pereira que providenciou o fechamento da estrada que corta o Parque Nacional do Iguaçu.

Fico até admirado, que alguns colegas com uma profunda capacidade intelectual perdem-se no caminho quando passam a não fazer uma análise do que representa o Parque Nacional do Iguaçu.

O Parque Nacional do Iguaçu é a última reserva das espécies vegetais e animais do Oeste do Paraná. O Oeste do Paraná que foi destruído pela agricultura depredatória. A natureza levou milhões de anos para aperfeiçoar e aprimorar as espécies vegetais e animais e agora, numa atitude imediatista, provinciana, algumas lideranças do Oeste do Paraná tentam transformar um asfalto, um possível asfalto, que cortaria o Parque Nacional do Iguaçu numa bandeira política.

A convivência do homem no meio depende da interação dos seres vivos que nele habitam e não será economizando alguns quilômetros que nós iremos resolver os problemas que angustiam este Brasil e mais especialmente o Paraná. A Estrada do Colono é ilegal e consta na lei que ela não pode atravessar o Parque Nacional do Iguaçu. A Justiça Federal fez apenas cumprir a legislação, legislação que está para ser cumprida e que não serão movimentos provincianos que irão arrepiar a lei.

Venho até esta tribuna, Senhor Presidente, Senhores Deputados, reafirmar a nossa convicção de que a estrada não só não deve ser asfaltada como deve ser fechada como foi. O patrimônio da humanidade do Parque Nacional do Iguaçu não é o patrimônio de uma pequena parcela da população. O patrimônio do Parque Nacional do Iguaçu é um patrimônio da humanidade, e aqueles que defendem o asfaltamento com promessas de que a estrada teria equipamentos de proteção à fauna e à flora, não devem estar pensando no Brasil real. Porque um País que ainda não tenha capacidade de defender os seus habitantes e que pessoas morrem por omissão do serviço público, não tenham dúvidas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, de que estes equipamentos não durariam mais que dois ou três anos, e nós teríamos então, a abertura da depredação total do Parque Nacional do Iguaçu.

Por esta razão, e por razões da compreensão maior do que representa o meio ambiente, venho à tribuna desta Casa registrar a fé que tenho na Justiça, porque ela vem, ela se aplica à revelia de movimentos eleitorais. Eu imagino que passado o dia 15 de novembro, se arrefecerão os ânimos daqueles que tentam construir uma bandeira fictícia para resolver apenas,

única e exclusivamente o problema do voto.

Admiro-me apenas, de Deputados com uma formação intelectual que todos nós conhecemos, se deixem levar num determinado instante, por um projeto que não interessa à população brasileira e mesmo à população mundial.

Era isso, Senhor Presidente, muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Sérgio Spada. (Declina da Palavra).

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira, inscrito.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O início da Nova República, o que de mais importante ocorreu no Brasil, foi a paulatina reconquista da credibilidade dos governantes junto à população. O momento mais alto em que o Ministro Dilson Fumaro foi ao Congresso Nacional e com todas as letras disse: "Chega de levar vantagem"! Naquele momento iniciávamos um novo período na vida pública brasileira.

O brasileiro já desesperançado, descredenciado das suas autoridades, dos políticos, parecia ver reacendida esta esperança de que realmente as autoridades passassem a cumprir aquilo que prometiam.

O Brasil que passa por uma crise de moralidade, em que são chamados de corruptos os políticos que desviam dinheiro público e não se consideram corruptos os comerciantes que também desviam dinheiro público sonegando impostos; o Brasil que passa por esta crise de moralidade, de repente começa novamente a desaparecer esta esperança na Nova República. E que nós, do PMDB, mesmo apoiando este Governo, confiando no Ministro Dilson Fumaro, não podemos nos calar quando se retorna aos velhos métodos de iludir com palavras, a população.

Quando na safra de verão o Governo decidiu parcelar as aquisições de cereais pelo Governo Federal, criando um desestímulo à agricultura, em seguida o Governo, de forma clara, através do Ministro da Fazenda, informava que a próxima safra que seria esta que estamos vivendo agora, a safra de inverno, não ocorreria o parcelamento. Os agricultores assumiram compromissos, passaram a contar com os recursos da produção de trigo. E eis que volta-se ao velho estilo da Velha República e, novamente, descumprindo o que se prometeu. O trigo será pago de forma parcelada.

Mais do que os prejuízos à lavoura, mais do que as dificuldades que isto acarretará ao Paraná e aos agricultores, lamentavelmente e grave realmente, é que

passa-se novamente a desacreditar nas palavras dos responsáveis pela política econômica do País. E quando não se acredita, nada mais no que o Governo possa dizer, não será pela população levado a sério.

E mais, o "pacote agrícola" contém conquistas para a agricultura, como por exemplo o preço mínimo plurianual. Isto é uma conquista que os agricultores por ela vêm lutando há tantos anos, mas de imediato, parte-se de uma base de cálculo errada que trará prejuízos à agricultura, o preço mínimo do milho está completamente, fora da realidade. É preciso que nós do PMDB, denunciemos este fato, pressionemos o Ministério da Fazenda, para que todos nós políticos não venhamos também, a cair no descrédito como caíram os homens da Velha República.

Muito obrigado, Senhor Presidente.
(Sem revisão do orador).

(Assume a Presidência, o Senhor Deputado Anibal Khury).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra, o Senhor Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, em 1946, deixou de ser território nacional para se incorporar em dois Estados: O Paraná e Santa Catarina.

O Oeste e o Sudoeste foram colonizados graças à migração que veio do Rio Grande do Sul e trouxe para a região toda, o progresso que hoje os Senhores vêem. Uma história conturbada, uma história sangrenta de problemas de terra, de posse, de posseiros e grileiros se degladiando, mas mesmo assim, a pujança daquele povo fez aquele rincão do Paraná, a mais rica região do Estado Celeiro da soja, da suinocultura, enfim, o celeiro do Paraná.

Hoje, o Oeste realmente merece o desprezo que assistimos desta tribuna. Onde é que estavam os ecologistas quando se construiu a Itaipu Binacional, que acabou com mais de oito mil famílias? Onde é que estavam os ecologistas de fundo de quintal? Onde é que estava a voz do Oeste quando se acabou com o PRODOPAR, programa criado para o desenvolvimento do Oeste e desviado em função da Itaipu Binacional? Onde é que estavam os representantes do povo daquela região? Onde é que estão os que não querem a Universidade do Oeste? O Oeste merece. A Ponte Guaíra também está interrompida.

Senhor Presidente, Senhores Deputados! Invoca-se cultura, invoca-se a lei para impedir, para justificar o fechamento de uma estrada que já faz parte do patri-

mônio histórico do Oeste do Paraná. Famílias e famílias vieram migrando do Rio Grande do Sul e usaram esta rodovia para trazer a civilização ao Oeste do Estado. Só se lembram do Parque como patrimônio histórico e cultural. Mas, a história não interessa. Eu gostaria que os que invocam conhecimentos culturais que estudassem um pouco mais a história do Oeste do Paraná, porque a Estrada de Colono já faz parte da tradição, da cultura e da história de um povo que muito deu ao nosso Estado e que poderá no futuro, talvez, não dar mais nada, porque ao continuar assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, temos realmente que dar razão para aqueles que querem deflagrar a bandeira do Estado do Iguaçu.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, invoca-se a lei, mas esquece-se que a lei é serva da Justiça e a Justiça é a serva do homem.

Invoco, inclusive, o Apóstolo Paulo que tem pregado, contra os fariseus que usavam togas carregadas de lei, mas justiça eles não promoviam.

A lei que não promove justiça e a justiça que não promove o homem não deve ser considerada, deve ser banida, deve ser expungida, porque deve estar em primeiro lugar o homem. Inclusive a reserva ecológica deve ser colocada em função do homem e não o contrário. É por isso que eu pergunto, se nunca ouviram falar em estradas-parques neste mundo? O que estaria prejudicando o Parque Nacional do Iguaçu, depois de longos anos ser depredado exatamente por falta de maior proteção, por negligência do IBDF, esse mesmo IBDF que hoje se nega a aceitar do Governo do Estado a estrada que lhe permitiria um melhor controle e melhor fiscalização.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, registro aqui meu veemente protesto e não me intimido com aplausos. Estou falando no patrimônio cultural, no patrimônio histórico que seguiu e que fez do Oeste o que hoje é. E não admito que deputados que não têm conhecimento, que não conhecem a nossa história do Oeste, venham aqui elogiar medidas anti-justiça, medidas anti-homem, medidas anti-Oeste.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao nobre Deputado José Antônio Fonseca, inscrito.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós não pretendíamos ocupar este espaço do Pequeno Expediente para falar do Parque Nacional do Iguaçu, porque segunda-

-feira nós tivemos esta oportunidade e o nosso grande e caro colega, Deputado Paulo Furiatti estava ausente, talvez preocupado com sua campanha eleitoral.

Mas, diante das afirmativas que aqui foram feitas nós não poderíamos silenciar. Tem razão o Deputado Gernote Kirinus, um deputado e um homem enraizado na cultura do oeste e do sudoeste do Paraná.

Nós sabemos que a democracia, ou mesmo em se tratando do Parque Nacional do Iguaçu, a cultura não passa por uma ou duas regiões. O problema é muito mais profundo. De repente, nós poderíamos até criticar o Governo do Estado, mas desta vez queremos aproveitar a oportunidade para elogiar a atitude do atual Governo que, através de um decreto, criou uma comissão de alto nível para se estudar o problema do Parque Nacional do Iguaçu.

Os governos anteriores nunca se preocuparam com o problema da preservação do Parque Nacional do Iguaçu, bem como governos anteriores não se preocuparam com o seu asfaltamento ou não, nesses dezessete quilômetros que compreendem os municípios de Medianeira e Capanema.

Esta comissão, ontem instalada, se reuniu pela primeira vez e é constituída de gente que vive nas regiões oeste e sudoeste e a comunidade científica do Estado do Paraná. Esta comissão resolveu ontem, em primeiro lugar, através de estudos, de explanações de painéis, estudar os aspectos jurídicos, políticos, sociais, econômicos, regionais e ecológicos, no que diz respeito ao Parque Nacional do Iguaçu, bem como resolveu e acredito que será a melhor coisa a ser feita por alguns ecologistas. Nós não somos contra os ecologistas. Acha-mos que a comunidade científica tem que ser ouvida, e a melhor coisa que a mesma vai fazer é, através de um convite dos prefeitos daquelas regiões, visitar pela primeira vez, o Parque Nacional do Iguaçu para conhecê-lo, como também conhecer a região e ouvir o povo.

De repente, os ecologistas criticam a Nova República e dizem que nós agimos como a Velha República. Absolutamente, meu caro Deputado Paulo Furiatti. Nós que somos do antigo MDB, que pregamos o avanço democrático e a volta do estado de direito, que os ecologistas ouçam o povo e não apenas tergiverem nos seus gabinetes, ou através da televisão e dos meios de comunicação.

Vamos ouvir o povo daquela região! E Vossa Excelência, meu caro Deputado, embora não faça parte desta comissão, esta convidado a debater com o povo daquela região. Nós o ouviremos com a maior atenção e, oxalá Vossa Excelência convença aquela população de que exatamente o Parque Nacional do Iguaçu deve ser fechado. Desde que Vossa Excelência convença a população

do oeste e do sudoeste do Paraná.

É por isso que nós aproveitamos esta oportunidade em que esta comissão estuda os vários problemas do Parque Nacional do Iguaçu, para dar subsídios ao governo do Estado, a fim de ver que atitude tomar.

Esta é uma atitude democrática realizada pelo Governo do Estado.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O objetivo da nossa presença na tribuna é para fazer um apelo ao Senhor Governador João Elísio em nome da Bancada do PDT para que o Senhor Governador envie, o mais breve possível, a mensagem para esta Casa concedendo aumento salarial ao funcionalismo público.

É bom lembrar que o aumento é concedido no mês de julho, normalmente. Depois do "Plano Cruzado", o funcionalismo passou a amargar um custo de vida que continua subindo e o próprio Presidente Sarney admitiu que a inflação poderá oscilar de 36 a 40% neste ano, e é inadmissível, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o funcionalismo público continue enforcado nos bancos e nas financeiras vivendo dias de aflição, porque o aumento salarial não é concedido pelo Sr. Governador, que está fazendo um trabalho bonito no campo de obras, mas infelizmente, está pecando, está falhando, quando radicaliza uma posição de não ouvir, de não dar aumento ao funcionalismo público. Estão aí os professores e vão acampar a partir do dia 22 à porta do Palácio Iguaçu, confirmando o que eu disse pessoalmente frente a frente ao Sr. Governador João Elísio muito antes desta greve ser deflagrada, que se Vossa Excelência não desse aumento ao funcionalismo, com toda a certeza, os professores entrariam em greve e acampariam em frente ao Palácio Iguaçu, é o que vai acontecer a partir do dia 22.

Por isso, Sr. Presidente, o nosso apelo é para que esta mensagem de aumento seja remetida o quanto antes para esta casa, lembrando que Leonel Brizola deu aumento para o funcionalismo do Rio, Franco Montoro também, para o funcionalismo de São Paulo; alguns prefeitos do Brasil deram reajuste aos funcionários municipais. Não entendemos a razão, neste momento que o Governo está com o caixa abarrotado de dinheiro, não vemos razão para o Governador se negar a dar valor a quem trabalha, que é o funcionalismo público ou a quem já trabalhou, que seja aposentado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta oportunidade, também queremos hipotecar o apoio do PDT a duas mensagens que vamos discutir e aprovar hoje, que são a gratificação de representação aos assistentes jurídicos ativos e inativos e, também, o projeto do Poder Executivo dando reclassificação de cargos do Executivo. O nosso apelo é que todos os Deputados aprovelem hoje estas duas mensagens; a primeira, de autoria do Deputado Anibal Khury e a outra do Poder Executivo, porque os servidores estão aguardando há muito tempo, em clima de grande expectativa, que estes projetos sejam aprovados e o nosso desejo, em nome do PDT, é que hoje estes valorosos servidores aqui representados na sessão da Assembleia Legislativa possam voltar para as suas cidades, seus trabalhos, hoje, num clima de alegria com a aprovação de suas justas e importantes matérias.

É este o nosso posicionamento, nosso apoio a estas mensagens e o desejo de aprovação de ambas as matérias.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o Pequeno Expediente. Passa-se ao Grande Expediente.

O Deputado Fuad Nacli é o primeiro orador inscrito.

O SR. FUAD NACLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na data de ontem, nós não concordávamos com o número dos Srs. Deputados presentes nesta Casa.

Hoje se encontra aqui, o ex-Líder da Bancada do PMDB, Caíto Quintana. Trajano Bastos sabe da minha conduta e da minha maneira de proceder nesta Casa; durante cinco mandatos, nós nunca procuramos obstruir interesses do Estado, do Município e do povo, mas nós não concordamos e não vamos aceitar que, quando nós recebíamos do Deputado Nestor Baptista, que hoje é o Líder do Governo, o Líder desta Casa, dos Srs. Deputados, nos dizia que a minoria tinha necessidade para votação das matérias.

Eu saí domingo, viajei a noite toda para estar aqui na segunda-feira, num acerto de Bancadas para votação das matérias de interesse da pauta do dia.

Vendo que não tinha número legal, procuramos fazer o levantamento; se encontravam vinte e seis Srs. Deputados na Casa e a Presidência insistia que havia trinta Srs. Deputados.

Nós levantamos, pedimos a verificação de "quorum" e depois a chamada nominal, mas não fomos atendidos.

Na data de ontem, a mesma coisa. Hoje, quero conferir aos Senhores, que nós temos

procurado, na entrada dos Senhores Deputados nesta Casa, daqueles que comparecem às sessões. Acho que nós estamos aqui para cumprir o mandato que o povo nos outorgou, para comparecer às sessões e votar nos interesses do Estado, do Município e do povo.

Quero confessar aos Senhores que, hoje, recebi o número suficiente, se os Deputados não saírem do Plenário. Para trinta e quatro Senhores Deputados, tem matéria de interesse pessoal que estão pedindo e nós queremos confessar que viemos à tribuna para dizer ao Líder do Governo e ao Líder da Bancada da Situação neste Poder, eu coloco o meu mandato para ser renunciado, se qualquer dos Senhores Deputados Estaduais desta Casa, tanto da Oposição como da Situação, qualquer Secretário de Estado, souber que um dia eu subi a rampa do Palácio do Governo, se eu subi a uma secretaria, se eu reivindiquei qualquer coisa pessoal a mim, a não ser os interesses do próprio Estado, os municípios e a nossa região que representamos.

O que nós não vamos aceitar e não vamos concordar, é que alguém queira criticar ou queiram fazer média política, se hoje eu uso o horário, não da Liderança, mas sim, horário que me é concedido por esta Casa, eu teria aqui para dizer muitos erros que nós temos cometido, mas que conversando se acerta.

Recordo-me de muitos projetos de interesse do Governo, é lamentável que se diga da tribuna, mas passaram por cinco, seis ou oito Deputados nesta Casa, eu estava presente e nunca pedi verificação de voto, verificação de "quorum", porque eles achavam que havia interesse.

Mas, vamos ser justos ao Líder do Governo que está presente. Eu já disse e vou reafirmar: "Coloco meu mandato à disposição para que eu renuncie, se provarem que eu pleiteei alguma coisa a mim pessoalmente, a minha família ou algum interesse pessoal."

Não vou aceitar "fuxico" como dizem por aí, e conversa de alguns que querem atritar. Nós, ontem, nos dirigíamos ao Deputado Nestor Baptista que, quando ainda não estávamos no PTB e ele ainda não era Líder, nos dizia que eles tinham a maioria nesta Casa, não havia necessidade de minoria. Mas, ontem, ele reafirmou que, dentro do interesse do Estado e da situação da atual conjuntura, nós devemos procurar nos unir.

Houve um esforço concentrado esta semana, meus amigos, e esse foi pedido pelo próprio Deputado Nestor Baptista. Eu viajei a noite toda para aqui estar presente; por que os demais Deputados aqui não estão presentes? Será que há uma necessidade de meia dúzia viajar a noite toda e outros continuarem no interior?

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento). Vossa Excelência está nesta Casa já por cinco mandatos, evidentemente pelos bons trabalhos prestados ao longo de tantos mandatos.

Realmente, e a constatação é clara, nós temos a maioria. Basta olhar o número de Deputados na Casa. E, evidentemente, a responsabilidade de aprovação de matérias cabe e compete a essa maioria. Então, eu não disse nenhuma inverdade. E também não houve nenhuma tentativa minha de dizer a Vossa Excelência que não nos interessa a minoria ou de tripudiar a respeito do trabalho dessa minoria na Casa, por um motivo muito simples: ao longo de tantos anos o MDB foi minoria na Casa e foi sempre pisoteado, porque não, e no meu primeiro mandato também pertenci à Bancada que era minoria na Casa, a Bancada do MDB, inicialmente, depois transformada em PMDB.

Então, tenho o maior respeito ao trabalho de Vossa Excelência, ao trabalho das minorias aqui na Casa, mas, evidentemente, precisamos de um entendimento, precisamos de um entrosamento que não tem havido.

Agora, eu reitero, a maioria tem a obrigação e Vossa Excelência sabe disso, e tem que estar presente. Vossa Excelência viajou tantos quilômetros para estar aqui presente e está cumprindo com a sua responsabilidade. Neste ano de 1986, Vossa Excelência é um dos Deputados mais presentes na Casa, como eu que não faltei uma sessão sequer neste ano de 1986. Cumprimos a nossa obrigação, evidentemente, e queremos que os outros também o façam. Dentro disso, quero dizer a Vossa Excelência que apenas reafirmo a obrigação que compete à minoria: aprovar as matérias aqui na Casa. Agora, a responsabilidade, cada um deve assumir de acordo com a sua consciência, de acordo com o mandato recebido, de acordo com o respeito que deve ser dado à população.

O SR. FUAD NACLI - Eu agradeço o aparte do nobre Deputado, mas quero dizer a Vossa Excelência, que nós assumimos a Liderança do PTB, viemos a esta tribuna e dissemos a todos os Srs. Deputados, com a concordância dos Srs. Deputados Francisco Escorsin, Gabriel Manoel e Erondy Silvério, que aceitávamos a Liderança e sabíamos que não era fácil, mas, concordávamos em que esta Bancada, sem nenhum interesse, iria levar o apoio ao Senador Álvaro Dias.

Eu nunca tinha dado, pessoalmente, nem ao Senador e nem aos demais Srs. que compunham a cúpula para a sua candidatura; o PTB homologou e concordou em apoiar o Senador Álvaro Dias, e nós, não é por isso, que estamos agradando ao Governo, não é

por isso que nós temos que apoiar todos os atos do Governador do Estado. Com todo o respeito que eu tenho pela pessoa do atual Governador, porque foi nosso colega de Assembleia Legislativa e eu conheço a sua formação, tem aí provado e demonstrado o seu tratamento com todos os Prefeitos e os Srs. Deputados, mas nós, com a nossa idade e com nossos cinco mandatos, nesta Casa, não poderíamos concordar e aceitar que, alguém, às vezes, pelo corredor, como ontem dizia: "Deputado, não interessa que nós vamos colocar a maioria". Agora, a maioria da Casa, pergunto a este, Sr. Deputado: - "Os Srs. têm a maioria nós temos o orçamento aí para ser votado, e temos a eleição". Não é por isso que eu vou querer criar problema, absolutamente, porque eu não disputo a eleição, mas há dois anos atrás eu dizia aos Srs. do Governo: - "Olha o tratamento que dá aos Deputados do PDS". Nós fomos PDS por uma circunstância de formação e se saímos do Partido, queremos confessar aqui, saímos antes da eleição do ex-Governador Paulo Pimentel, e não temos vergonha de dizer, votamos no candidato do nosso Partido, que era Paulo Pimentel, já desligados e já saídos fora. Fomos convidados, oficialmente, pelo Senador Álvaro Dias e pelo Governador, quando estava no Palácio, para integrar a bancada de Vossa Excelência, Deputado, mas, nós do PTB, quando iniciamos a nossa vida pública como Vereador, no pequeno Município do Vale do Paranapanema, em Centenário do Sul, eu dizia, se alguém fosse se agregar a uma legenda do PTB eu estaria junto. Convidado por Gabriel Manoel, por Erondy Silvério e por alguns Deputados que hoje não estão no PTB, e também estavam formando uma união para ter aqui nesta Casa os seus representantes, nós não fomos para o PTB pela porta do fundo, não entramos pela janela e nem pelo telhado meus amigos, nós estamos onde sempre estivemos; nós iniciamos a nossa vida pública no Partido Trabalhista Brasileiro, e como disse aqui, quando assumi a liderança: "Graças a Deus, eu quero terminar a minha vida pública onde comecei, no Partido que me fez Vereador do município e depois trouxe-me para esta Casa, por cinco vezes consecutivas.

Agora, com todo o respeito que eu tenho pela Executiva, desta Casa, com todo o respeito que eu tenho por todas as lideranças, eu gostaria, se algum dos Srs. Deputados souberem de um ato meu, de uma atitude num município em que algum dos Srs. Deputados receberem o apoio de um prefeito ligado a mim, eu fosse lá tirar o apoio para dá-lo a um outro candidato. Mas, eu quero, hoje, aqui dizer: não vou continuar desta forma, por que ser bonzinho ou querer ser agradável é tachar a gente de trouxa. Chega, vamos dar um basta

nisso, vou percorrer o interior, pedir voto aos candidatos do meu Partido para dizer que nós temos integridade e hombridade para defender os candidatos, mas com todo o respeito àqueles que já tiveram os seus candidatos escolhidos.

Há uma semana eu estive em dois municípios em que eu sempre fui o mais votado, e por hombridade de votação o Partido Social Democrático - PDS, escolheu o candidato a Deputado Estadual e Federal do PMDB. Tive conhecimento, e disse-lhes, se houver necessidade de subir ao palanque para defender a candidatura desses dois homens respeitados nesta Casa, eu virei fazer a campanha deles, mas, aqueles que não têm um bom convívio comigo nesta Casa, eu não irei pedir o voto, irei pedir outro terceiro candidato. Quero aqui deixar bem claro que eu não estou esquecido no interior ainda; tenho alguma amizade, tenho algum respeito, e quero dizer aos Srs. Deputados, nós não estamos tomando tempo para que se esvazie o plenário hoje, pois, eu entrava nesta Casa, e solicitado por um amigo meu, pedindo preferência de votação, eu me dirigia àqueles que estavam pedindo e perguntava de quem era o projeto; pois, nós sempre respeitamos os autores do projeto, que estão pedindo preferência de votação.

Nós vamos deixar votar, mas, vamos conferir o número dos Srs. Deputados, e se não houver número suficiente, vamos dizer ao Sr. Líder da Bancada, que hoje tem trinta e quatro Senhores Deputados, mas, há uma necessidade de eles permanecerem no plenário, para que haja número suficiente, para que seja votada toda a Ordem do Dia, porque eu não vejo razão de, muitos dos Srs. Deputados que aqui estão, que viajaram como eu viajei, para este esforço concentrado, estar aqui e a matéria não ser votada.

Vamos dar uma oportunidade, vamos dar um lembrete, como assim se diz, para que os senhores tomem conhecimento que nós estamos vigilantes, e vigilantes colocamos, como já dissemos por duas vezes, para que a imprensa falada, escrita e televisionada, não dê as suas notas que não são verdadeiras, pelos corredores. Nós sempre reivindicamos para os municípios que representamos e, com todo o respeito que eu tenho por muitos dos Srs. Deputados que aqui estão e que merecem a minha admiração, eu gostaria de voltar para a minha casa e ter sempre o respeito que sempre tive por todos: aqueles que não o tiveram por mim, e que também não tiveram a consideração por mim, que continuem na mesma situação.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira - Nobre Deputado Fuad

Nacli. Quem sabe eu não tenha mais a oportunidade, enquanto formos colegas aqui na Assembléia, de usar a palavra e, em aparte, poder dirigi-la a Vossa Excelência.

Nobre Deputado, eu faço campanha, eu faço política eleitoral em região em que Vossa Excelência atuou durante tantos anos como Deputado Estadual. Quero dizer que, de início, eu não sabia porque que o Deputado Fuad Nacli se elegia sempre em toda eleição, e com isto teve cinco mandatos. Mas, começamos a aprender isto, já com uma experiência pessoal. Era presidente do MDB, numa época difícil, de perseguições, e eu era diretor e estava sendo prejudicado por alguns órgãos de Governo, e Vossa Excelência sabia que eu era presidente do MDB, do qual fui por oito anos, lá em Cascavel, e não tendo a quem recorrer para reparar algumas injustiças contra a nossa empresa feita, procuramos o Deputado Fuad Nacli.

E, num tratamento diferenciado, num tratamento muito diverso daquele que alguns órgãos do Governo davam, o Deputado Fuad Nacli nos amparou, nos acompanhou e, com a sua ajuda, conseguimos solucionar problemas junto aos órgãos do Estado.

Aquilo, a forma como Vossa Excelência me tratou, me atendeu, fez com que um carinho muito grande eu passasse a nutrir por Vossa Excelência.

E na atuação política passei a conviver com correligionários seus, a atuar em Nova Aurora, em Cafelândia, em Braganey, em Corbélia e na própria Cascavel onde Vossa Excelência sempre teve votos. E verifiquei nas minhas campanhas políticas porque a população votava em Fuad Nacli, porque o Fuad Nacli foi um Deputado que nunca abandonou a sua região, que nunca abandonou os seus amigos, que sempre lutou ao lado dos seus prefeitos em benefício das suas regiões. O Deputado Fuad Nacli deixou a sua marca gravada lá no Oeste do Paraná. Eu sou testemunha disso e quero aproveitar este momento. Deputado, para, como Deputado de um outro Partido, nunca tendo sido seu correligionário político, prestar neste momento esta merecida homenagem a Vossa Excelência, no seu trabalho durante tantos anos dedicados ao Oeste do Paraná, aos seus eleitores, aos seus municípios, a sua região. A sua vida o Senhor tem dado em benefício da comunidade.

Eu dou esse meu testemunho pessoal porque eu convivo naquela região e sinto o carinho que a população tem pelo seu querido Deputado Fuad Nacli.

Muito obrigado.

O SR. FUAD NACLI - Eu agradeço o aparte, Deputado Mário Pereira. Quero confessar que não iria tocar no assunto. Já que

Vossa Excelência pediu-me um aparte, sabe que eu, durante o primeiro, o segundo ano, reivindicava a estrada que liga Nova Aurora a Palmitópolis.

Não sou proprietário de nenhuma fazenda naquela área. Cafelândia a Nova Aurora já estava dentro da programação do Governo que estava saindo, o ex-Governador Jaime Canet, e este terminou a estrada.

Nós reivindicávamos junto ao Deputado Caíto Quintana, como Líder da Bancada do PMDB, uma estrada de acesso à cabeceira de uma propriedade que pertence a minha família. Quero dizer aos Senhores que ainda ontem, no jornal, dizia que eu estava lutando. Eu quero dizer publicamente: esta estrada já está pronta, aí está o Deputado Nelson Vasconcellos, o Deputado Tuguio Setogutte, que sabem que a Estrada São Paulo já está feita há mais de quatro meses; foi feita pela Prefeitura Municipal que a fez muito bem.

Agora, eu pergunto aos Senhores Deputados, aos Senhores que estão me ouvindo: se um Parlamentar, um Deputado não tem o direito de fazer uma reivindicação de uma estrada, ou de um acesso, ou de um benefício. Ainda, na data de hoje, eu dizia ao Deputado Gernote Kirinus: nós não somos Governo, nós não vemos razão em que o Governo do Estado que é do PMDB, o Governo Federal que é PMDB, feche uma estrada que existe há mais de cinquenta anos.

E quanto ao Deputado Gernote Kirinus que dizia que ia fazer uma concentração para que fechasse a Estrada de Foz do Iguaçu, eu diria a ele que estaria lá presente para que o Governo determinasse a abertura daquela estrada, Deputado Sabino Campos, Deputado José Antônio Fonseca. Eu conheço aquela estrada há mais de trinta anos, quando ainda não era Deputado. É um dos maiores absurdos que eu vejo, porque nós sabemos que toda estrada com mais de um ano e um dia ela se torna de servidão pública, Senhores Deputados.

E se nós, hoje, viemos a esta tribuna é para deixar bem clara a nossa posição até terminar o nosso mandato: quero voltar para os oito netos que eu tenho hoje. Se eu procurei atender alguma coisa, Deputado Mário Pereira, não fiz nada mais do que a minha obrigação, porque se o povo me delegou poderes para representar aquela região que Vossa Excelência hoje representa, eu não fazia mais nada do que o meu dever de vir a esta Casa, ao Governo e à Secretaria pleitear e trabalhar para o povo que me delegou uma cadeira nesta Casa. Eu aprendi uma coisa como vereador: o voto é a coisa mais sagrada do mundo e amizade não se troca por dinheiro nem por voto. Nós queremos conservar as nossas amizades e estas não interessam na legenda que elas estejam, porque eu vejo que após a eleição de

Governador, nós vamos ter muitos partidos que hoje vão desaparecer, em aglomeração daqueles que estão amontoados, como Vossa Excelência, dentro de uma legenda tumultuada, assim posso dizer, em que o Governador do Estado, fazendo uma bela administração hoje o nosso Deputado, João Elísio, quando o foi nesta Casa. Foi sempre um homem cauteloso. E eu pergunto ao 1.º Secretário desta Casa, que hoje preside a sessão: Quando foi desapropriada a propriedade de um irmão meu e de minha família, da Fazenda Vitória, que é uma injustiça dos comunistas desta terra, do seu Walter Pecoits, pela vingança pessoal. Sabem todos os Srs. que estão aqui presentes que eu não converso com ele há mais de vinte anos, mas, reconheceram a desapropriação, uma fazenda que tem mais de duas mil e quinhentas cabeças de gado. E o Sr. que mora lá, Deputado Mário Pereira, e todos sabem, aquilo é uma herança que veio do meu falecido irmão Luiz Nacli e nós vemos aí uma vingança pessoal.

Eu ainda dizia, há poucos dias, no Banco do Estado aqui no Centro Cívico, ao Cassiano: não sou contra a reforma agrária, o que está havendo aí é "bandalheira", é perseguição. E aí chegava o Secretário Walter Pecoits, e eu disse a ele que ele era um homem de sorte; que ele estava mexendo com meu irmão, porque ele estava cometendo uma injustiça; que foi vindo de Brasília para que fosse feita uma vitória, e esta não foi feita; chegou aqui em Curitiba e voltou para Brasília.

Essa desapropriação, meus amigos, foi politicagem, foi safadeza. Não é porque eu não me dou com meu irmão que vou dizer que estou satisfeito. Mas, quero confessar que isto que está se vendo no Paraná, nós tivemos em diversos Estados. A primeira lista que saiu daqui, é bom que os Srs. ouçam, saiu com quarenta e duas propriedades para serem desapropriadas, enquanto o Secretário da Agricultura agitava o Paraná, com elementos acampados à beira das estradas. Nós vemos muitas áreas de terras improdutivas, terras do Estado, terras da Igreja e terras aí que podem ser aproveitadas. Mas, o que é que eles queriam?

Alguém disse que eu não tinha coragem para vir aqui dizer a verdade. Eu vou procurar esta semana, logo que meu filho voltar do Exterior, eu vou pedir a documentação sobre o problema da Fazenda Vitória. E quero fazer a denúncia daqueles que tramaram a safadeza e a corrupção neste Estado, dentro do INCRA, tirando uns e colocando outros; isto é bom para que seja um alerta para os Senhores que estão aqui e para aqueles que irão voltar para esta Casa. Se continuar esta situação dos homens acampados em frente ao Palácio, das promessas em vão politiquês, das mentiras demagôgi-

cas em palanque para angariar votos e largar o povo na miséria, vamos ver os nossos netos onde vão ficar.

Não quero ver derramamento de sangue! Quero a paz, a tranqüilidade e a harmonia! Saio deste Poder e vou para a minha casa com o dever cumprido, com todos aqueles Prefeitos que me apoiaram. Com o respeito que eu tenho, se tivesse que citar aqui o nome de muitos dos Srs. Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o seu horário e a Mesa concede mais dois minutos para concluir seu discurso.

O SR. FUAD NACLI - ...teria que citar quase a maioria. A Amelinha Hruschka, que está aí, irmã de um grande amigo meu, o Gil, de Goioerê. De tantos outros Deputados que sabem da minha vinda para esta Casa. Ninguém acreditava na minha eleição. Nunca tive o respaldo e o apoio dos Governos que passaram para o Palácio, mas tive o respeito e o tratamento para com a minha região, para que eu pudesse levar obras, levar benefícios e trabalhos. Isto, o Sr. Mário Pereira tem testemunha. Isto Amelinha Hruschka bem sabe disto. Edilson Alencar Furtado sabe muito bem das pontes e estradas que levamos para o Vale do Piquiri. Um trabalho conjunto, bem intencionado, dos homens que querem trabalhar e defender o Paraná. Não daqueles demagogos, daqueles politiquinhos que querem aproveitar dos mais desfavorecidos pela situação.

Agradeço aos Senhores Deputados que estão me ouvindo. E se Deus quiser, virei aqui fazer dois pronunciamentos, - que já fiz o compromisso. Um sobre Francisco Simeão. Ele não está morto, ele é presidente de ferrovia, já tenho a sua documentação. Outro sobre o problema da Fazenda Vitória. Quero fazer estes pronunciamentos acusando e dando o nome dos homens que fizeram o pacto da "safadeza" e da "bandalheira".

Obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças. Com a palavra, a representação do PTB.

(Declina).

Com a palavra a representação do PDT.

(Declina).

Com a palavra a representação do PFL.

(Declina).

Com a palavra a representação do PDS.

(Declina).

Com a palavra a representação do PMDB.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Falará o Senhor Deputado Sérgio Spada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Senhor Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou chegando, na data de hoje, da Região Oeste do Estado do Paraná, mais especificamente do município de Medianeira, onde tive a oportunidade de presenciar e acompanhar a manifestação daquele povo para defender um direito que nos foi negado durante vinte e poucos anos e que, na hora de sua concretização, está sendo frustrado por força de uma medida judicial.

O Sr. Caíto Quintana? - Concede-me um aparte?

O SR. SÉRGIO SPADA - Em seguida. Constatamos a indignação pela falta de respeito que lhes foi dedicada, tanto por muitos que não conhecem a região, que não conhecem as características e a necessidade daquela estrada, mas que ousam falar aos quatro ventos e, inclusive, desinformar a opinião pública de modo geral.

O Sr. José Antônio Fonseca - Concede-me um aparte?

O SR. SÉRGIO SPADA - Em seguida. E diga-se de passagem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a maioria da polêmica que está sendo gerada hoje, em torno da Estrada do Colono, deve-se à desinformação, à má informação que foi difundida hoje e durante esses tempos que antecederam essa medida judicial no Estado do Paraná, e até mesmo a nível nacional. Constatamos, até indignados, que muitos pensam que está sendo aberta uma estrada no Parque Nacional do Iguaçu, para favorecer tão só e unicamente os municípios de Medianeira e de Capanema, o que é uma inverdade, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Na verdade, o que está sendo feito lá neste momento, é uma afronta à luta de mais de vinte anos, de moradores do Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, de moradores do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul e Rondônia. Estados que serão beneficiados com a concretização desse asfaltamento e, diga-se de passagem, quase toda a BR-163 está asfaltada, faltando praticamente só esse trecho de 17 km, compreendido pelo Parque Nacional do Iguaçu.

Notamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, daqueles moradores, desbravadores daquela região, região que mais produz alimentos para o Paraná e para o Brasil, mais gera impostos para o Paraná e para o Brasil, a firme determinação de lutar pacificamente pela abertura dessa estrada e

esperando a sensibilidade por parte das autoridades judiciárias e administrativas, que sejam retomadas as obras e esse sonho acalantado durante muito tempo, seja concretizado o mais breve possível.

Concedo o aparte ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Sérgio Spada, parabeno-me com o seu pronunciamento e quero me fazer solidário a ele, porque, na verdade, ecologista hoje, basta alguém condenar alguma coisa e se arvorar em ecologista, defendendo interesses, muitas vezes, única e exclusivamente promocional.

Veja bem, Senhor Deputado Sérgio Spada, que recentemente a população do Sudoeste, ajudada pela população do Oeste do Paraná, fez um movimento gigantesco, popular, para proibir a construção de uma usina no Rio Iguaçu com autorização prévia do IBDF, que queria alagar mais de 1.000ha. do Parque Nacional do Iguaçu, matando sua fauna e sua flora e, naquele momento, Deputado Sérgio Spada, nenhum dos pseudo-ecologistas de hoje levantaram a sua voz em defesa do Parque Nacional do Iguaçu.

Dá a impressão, aos olhos do Paraná que, pura e simplesmente fechando a estrada do Parque Nacional do Iguaçu ou não permitindo a pavimentação de uma estrada que existe há mais de quarenta anos, vá salvar a ecologia do Brasil e do Paraná. Ninguém está preocupado em pôr em prática a lei que obriga 20% das terras agricultáveis a se manter em reservas florestais; ninguém está preocupado em fazer com que os córregos e os rios sejam reflorestados nas, suas margens para que esses rios continuem a existir; pura e simplesmente se faz como "cavalo de batalha", uma estrada que existe há mais de quarenta anos perfeitamente integrada com a natureza, para coisas promocionais e, inclusive, políticos, que na eleição de 1982 estiveram próximos aos municípios do Parque Nacional, pedindo votos e que, se solidarizando à luta pelo asfaltamento daquela estrada, hoje, no interesse puro e simples de levar voto de pseudo-ecologistas, estão aí a proferir contrariedades e solidariedade ao fechamento daquela estrada. Que uma medida judicial seja tomada na cassação de liminar, sob pena dessa tribuna, nós todos colocarmos a responsabilidade na irresponsabilidade de quem deu uma liminar e fez um movimento contrário a mais de quarenta linhas de ônibus que fazem a integração há tantos e tantos anos por aquela área e aos interesses da nossa região.

Nós voltaremos ao assunto.

Obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA - Eu agradeço o aparte

de Vossa Excelência, Deputado Caíto Quintana, e eu gostaria de deixar bem clara a minha posição. Não somos contra o movimento ecológico. Não somos pela depredação do Parque Nacional do Iguaçu que, diga-se de passagem e muitos dos ecologistas não sabem disso, apesar daquela estrada existir há mais de quarenta, anos há sessenta anos já existia uma picada; há mais de trinta anos, serviu de passadouro natural a todos os que colonizaram o Oeste do Estado do Paraná e o Sul do Mato Grosso. Apesar da existência dessa estrada, aquela é uma área de melhor qualidade em termos de preservações existentes até no mundo.

E que o projeto que hoje está sendo posto em prática não se trata pura e simplesmente de uma estrada, mas sim, de uma estrada-parque, uma estrada que contempla o desenvolvimento da região com a preservação da ecologia muito mais do que hoje está acontecendo com aquela estrada do jeito que está, pois que esta estrada prevê a construção de alambrados de dois metros de altura, dos dois lados da pista; passadouros a cada três quilômetros para os animais, ou viadutos; lombadas para que os veículos não desenvolvam grande velocidade. E além disso, a construção de guaritas no início, no meio e no fim dessa pista.

Portanto, uma medida que não prejudicaria o progresso da região, que não prejudicaria e, muito pelo contrário, ajudaria a preservar os interesses do Parque Nacional do Iguaçu.

O Sr. Paulo Furiatti - Vossa Excelência me permite um aparte?
(Assentimento do orador).

O SR. SÉRGIO SPADA - Com toda a satisfação, eu concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Paulo Furiatti - Nobre Deputado Sérgio Spada.

Quem é contra a devastação da Amazônia, não precisa ir lá para ser contra a sua devastação. Quem é contra a pesca predatória da baleia não precisa conhecer a baleia ao vivo para ser contra a sua pesca predatória. Quem é contra a devastação do Parque Nacional do Iguaçu, não precisa ir lá, embora eu conheça o Parque e conheça o problema pessoalmente.

Nós não podemos fazer ecologia e preservação do meio ambiente, sem começarmos a mudança por nós mesmos. O que serve para nós tem que servir para os outros. Não é possível sustentar a tese de uma estrada porque se estaria cometendo erros há quarenta anos no Parque Nacional do Iguaçu.

Não é possível se sustentar a tese quando sabemos que a estrada que corta o

Parque Nacional do Iguaçu propiciou a entrada e ainda hoje há caçadores, lautos banquetes com animais selvagens do Parque Nacional do Iguaçu, e até serrarias dentro do Parque.

E esta devastação que ocorre no Parque, hoje não justifica que ela permaneça ainda mais. E eu gostaria, nobre Deputado, de voltar à tese de que o problema da estrada do Parque Nacional do Iguaçu não é apenas única e exclusivamente o problema dos moradores das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. O problema do Parque Nacional do Iguaçu é o problema do cidadão de Curitiba, do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Washington, de New York. É um problema nacional, é um problema internacional de preservação.

Para concluir, nobre Deputado, o sofisma, a defesa provinciana de uma determinada obra não justifica que percamos de mundo e de ecossistema.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o horário concedido ao Senhor Deputado Sérgio Spada, e a Mesa vai conceder mais dois minutos para a conclusão do seu discurso.

O SR. SÉRGIO SPADA - Lamentavelmente, Deputado Paulo Furiatti, eu não posso concordar com o seu ponto de vista, pois, se simplesmente absorvêssemos esses seus argumentos, nós estaríamos acreditando e até mesmo concordando que estaríamos devastando o Parque, nesse momento, com o asfaltamento da estrada, e não é verdade. Vossa Excelência demonstrou, mais uma vez, que não conhece a realidade do Oeste e do Sudoeste e dessa estrada. Tanto que falou em Serrarias dentro do Parque Nacional do Iguaçu, elas não existem.

Agora, outras estradas que existem, Vossa Excelência não citou. Isto é desconhecimento e vossa parte.

Eu gostaria, para finalizar, de deixar aqui o meu apoio total e integral à decisão acertada e sensata do Governador do Estado que determinou ao Procurador Geral do Estado que entre junto à Justiça Federal para derrubar essa liminar que está prejudicando aquela região. E dizer que essa não é uma luta só do Oeste e do Sudoeste do Estado do Paraná!

É uma luta, também, de todas as lideranças políticas do Estado do Paraná, principalmente do PMDB e que contamos com o apoio, inclusive, do Ministro da Agricultura, Iris Resende, de que essa estrada, quer queiram ou quer não queiram os ecologistas, vai ser construída porque sentimos na população daquelas duas regiões e até mesmo do Mato Grosso, para vosso conhecimento, que para lá se dirigiram de ônibus, de que essa estrada tem que

sair a qualquer custo, porque senão as consequências serão muito piores e mais trágicas, porque já estão ameaçando trancar a BR-277 e, possivelmente, a estrada que dá acesso às Cataratas do Iguaçu, o que seria muito pior e melancólico.

Portanto, o bom senso diz que esta estrada deve ser liberada para o tráfego normal e ser asfaltada, para não prejudicar o projeto de interesse nacional, e não de meia dúzia de desinformados que existem por este Paraná e por este Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, a representação do PL.

Ausente, concedo a palavra à representação do PCB.

Ausente, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
X
ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando preferência de votação do Projeto de Lei n. 170/86 (item 06 da Ordem do Dia de 17 de setembro do corrente ano). Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n. 158/86, constante da Ordem do Dia de hoje. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os projetos de Lei ns. 129/86 e 140/86, constante da Ordem do Dia de hoje. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. FUAD NACLI - (Pela Ordem) Gostaria que Vossa Excelência fizesse a leitura um pouco mais alto para que pudéssemos entender o que está sendo apresentado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa vai atender Vossa Excelência.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n. 383/84, que cria o Distrito Administrativo de Mauá, no Município de Marilândia do Sul, conforme especifica. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n. 308/86, constante da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

Em Votação:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 170/86, de autoria do PODER EXECUTIVO - (Mensagem n. 91/86), que autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC -, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade em REGIME DE URGÊNCIA. Com **EMENDA DE PLENÁRIO.**

Em votação o Projeto.- **Aprovado.**

Em votação a emenda.- **Aprovada.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 158/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 82/86), que objetiva dar nova redação ao art. 11 e seus incisos e parágrafos, da Lei n. 7.424, de 17/12/80, que versa sobre o Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em número de quatro de autoria dos Srs. Deputados Ivan Gubert e Hermas Brandão, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 01 AO PROJETO DE LEI N. 158/86

Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo: "Art. ... - A gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva, prevista no art. 177, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, incide sobre os vencimentos do servidor, assim compreendidos o básico acrescido dos respectivos adicionais.

Sala das Sessões, em 17.09.86.

(a) IVAN GUBERT

Apoiamto: Fuad Nacli, Antônio Belinati, Francisco Escorsin, Jorge Maia Filho, Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

Projeto de Lei regulamentando pagamento da gratificação por tempo integral e

dedicação exclusiva já foi aprovado por esta Casa, mas, deixou de ser sancionado.

Depois disso, ocorreu um fato novo que deve ser tido como preponderante no acatamento da presente Emenda: O Egrégio Tribunal de Justiça, através de seu Órgão Especial, como exceção do voto de apenas um de seus ilustres integrantes, ao uniformizar a jurisprudência sobre a forma de cálculo para o pagamento da gratificação em tela, decidiu que a mesma deve ser paga sobre o vencimento básico do servidor acrescido dos adicionais, se for o caso.

A propósito do único voto vencido, esclarecemos que tal vantagem está sendo paga aos servidores do Tribunal de Contas do Estado, na forma preconizada pelo Tribunal de Justiça do Estado.

A persistir o entendimento da administração em se calcular o pagamento a menor, com incidência apenas sobre o vencimento, o Estado fatalmente será condenado em tantas ações quantas forem ajuizadas contra si.

O assunto já é do conhecimento do Poder Executivo, o qual omitiu-se quanto à solução do problema.

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA - EMBARGOS INFRINGENTES N. 78/81, DE CURITIBA. - 1.^a Vara da Fazenda Pública de Curitiba.

Subscritantes: CELSO NICOLAU DOS SANTOS e OUTROS

Relator: Des. EROS GRADOWSKI.

UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

A gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, incorpora-se, para todos os efeitos, aos vencimentos, e tem como base de incidência, não só o vencimento básico, como também os acréscimos constitucionais e demais vantagens pecuniárias percebidas ou percebidas.

A C O R D Ã O N. 684-O.E.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA NOS EMBARGOS INFRINGENTES N. 78/81, de CURITIBA, em que são Suscitantes CELSO NICOLAU DOS SANTOS e outros.

I - Trata-se de Incidente de Uniformização de Jurisprudência suscitado por Celso Nicolau dos Santos e outros, nos autos de Embargos Infringentes n. 78/81, de Curitiba, 1.^a Vara da Fazenda Pública, Faltências e Concordatas, distribuídos à Segunda Câmara Cível deste Tribunal, com fulcro no art. 476 e seguintes, do Código de Processo Civil.

O Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis

desta Egrégia Corte, por maioria de votos, acolheu o pedido, reconhecendo a discrepância na interpretação do direito em tese, em casos idênticos, pelas Câmaras Cíveis isoladas e determinou fôsem os autos remetidos ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente, para que, ouvido o Chefe do Ministério Público, designasse Sua Excelência sessão de julgamento do incidente.

As teses postas em discussão dizem respeito à incidência da gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva, prevista no art. 177, da Lei Estadual n. 6.174, de 16.11.70 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado), somente sobre os vencimentos básicos do servidor ou, sobre a soma deste com os respectivos acréscimos.

A Primeira Câmara Cível entende que a gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva, incide somente sobre o vencimento básico, e não sobre a soma deste e os respectivos acréscimos, em face dos próprios termos do mencionado art. 177, interpretado teleologicamente, e do art. 3º, do Decreto Estadual n. 2.700, de 13.11.72 (fls. 296/303).

Ao diverso, a Segunda Câmara Cível se orienta no sentido de que a referida gratificação deve ser fixada sobre o universo da remuneração, ou seja sobre o vencimento básico e respectivos acréscimos, em face de disposições da Constituição Federal, da Constituição do Estado, do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis e do Estatuto da Polícia Militar (fls.290/295).

Em síntese, cuida-se, pois, de definir se a gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva deve ser calculada somente sobre o vencimento básico ou sobre a soma do vencimento básico mais os acréscimos constitucionais e mais as gratificações e vantagens percebidas ou perceptíveis.

Da confrontação, quanto se nos afigura, conclui-se como mais correto o entendimento sufragado pela Egrégia Segunda Câmara Cível deste Tribunal, id est, o de que os acréscimos assegurados por dispositivos da Constituição do Estado, do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis e do Estatuto da Polícia Militar, denominados adicionais por tempo de serviço ou gratificação por tempo de serviço, constituem, também, vencimento, a este se incorporando desde logo e para todos os efeitos.

A atual Constituição do Estado do Paraná em seu art. 70, estabelece que o funcionário terá acréscimos aos vencimentos, mediante as condições estabelecidas nos seus incisos.

Em seu parágrafo 1º, o mencionado artigo dispõe:-

"A incorporação dos acréscimos será

imediate, inclusive para efeitos de aposentadoria, e será computada, igualmente, sobre as alterações dos vencimentos."

O art. 169, n. I do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, dispõe que o funcionário público, além do vencimento ou remuneração, poderá perceber, entre outras vantagens, os adicionais.

Os adicionais, portanto, são tratados na lei como acréscimos ao vencimento.

Acréscimo significa aumento, ampliação por adição. Assim, a Constituição e a lei estadual ao disporem sobre incorporação de acréscimos aos vencimentos, expressam que, na realidade, o Estado está a conceder uma efetiva ampliação do vencimento-base.

Desse modo, temos que, efetivamente, a gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, deva incidir sobre um corpo único, formado pelo vencimento, mais os adicionais a quantos faça jus o funcionário.

A idéia de que os vencimentos e os adicionais formam um só corpo, é reforçada pelo contido no parágrafo único, do art. 170, da lei n. 6.174/70, -

"A incorporação do acréscimo será imediata, inclusive para efeito de aposentadoria e disponibilidade, e será computada, igualmente, sobre as alterações de vencimentos, do cargo efetivo, somados ao anteriormente deferido."

Dessarte, é indiscutível que o funcionário público tem direito à fusão dos adicionais ao seu vencimento, de modo a compor um todo único, não podendo a lei ordinária comum, nesse passo, ressaltar, ou restringir o alcance da norma constitucional estadual, ou de suas normas complementares, tanto mais quanto se tenha presente que estas e aquelas não foram, até o momento, increpadas de institucionalidade.

Decorre daí que, no caso dos quinquênios, por exemplo, o funcionário público ao completar o primeiro, vê incorporar-se ao seu vencimento, o acréscimo de 5%. No quinquênio subsequente, o mesmo percentual irá somar-se ao resultado da adição do vencimento básico, mais 5% do primeiro quinquênio, e assim sucessivamente.

Em que pese a manifestação de irresignação do Estado do Paraná e do órgão do Ministério Público de ambas as Instâncias, é pacífico, tanto na doutrina como na jurisprudência pelo efetivo exercício do cargo correspondente ao símbolo, ou nível fixados em lei, ao passo que vencimentos, no plural, tem o sentido abrangente de remuneração básica mais os respectivos acréscimos.

Tal conceituação, aliás, foi salientada, pelo eminente Desembargador prolator do voto vencido na Apelação que deu origem, na espécie, à interposição dos Embargos, "verbis".

"Na verdade, é entendimento pacífico em Direito Administrativo, que a palavra vencimentos, no plural, tem a acepção genérica de remuneração e, no singular, sentido restrito, ou seja, retribuição devida ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo (sem as vantagens)". (Fls. 250).

Via de consequência, o argumento segundo o qual seria irrelevante o conceito de vencimento (no singular), ou vencimentos (no plural), na medida em que o Estatuto dos Funcionários Civis do Estado do Paraná, estabelece em seus artigos 156 e 157, diversa conceituação entre vencimento e remuneração, não pode, "data venia", prevalecer.

Isto porque, segundo o contido no art. 157, supra mencionado, remuneração é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento mais as vantagens financeiras asseguradas por lei, sendo desse modo, igualada à definição de vencimentos (no plural), consoante salientou o Excelentíssimo Desembargador Luiz Renato Pedroso, no brilhante voto vencido.

Inquestionável, pois, que quando a atual Constituição do Estado, em seu art. 70, determina que o funcionário terá acréscimo aos vencimentos (no plural), quer significar que o acréscimo deveria incidir sobre a remuneração.

Este Egrégio Tribunal, através de suas Câmaras Cíveis, embora anotando decisões em contrário, vem, de longa data, sustentando que vencimentos (no plural) é sinônimo de remuneração e que, de consequência, os acréscimos assegurados por disposição do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis e do Estatuto da Polícia Militar, denominados adicionais por tempo de serviço, constituem, também, vencimentos, a este incorporando-se, desde logo, para todos os efeitos.

Nesse sentido, decidiu a Segunda Câmara Cível no Mandado de Segurança n. 453/81, de Curitiba; a 4.ª Câmara Cível, na Apelação Cível n. 1.128/81, de Curitiba; a 3.ª Câmara Cível, na Apelação Cível n. 508/69 e, também, o Tribunal Pleno, nos Mandados de Segurança, ns. 375/52 e 68/67.

Cumpre salientar que a própria Procuradoria Geral do Estado, no Parecer de n. 498/72, da lavra da ilustre Procuradora Hayde Guérios Bittencourt, assevera que:

"Quando a lei usa o vocábulo vencimentos entende-se como tais, o vencimento-padrão do cargo e as vantagens que ao mesmo se incorporam definitivamente para todos os efeitos de lei". (Fls. 159).

Em razão do exposto, é forçoso se reconheça a inconstitucionalidade do art. 3.º, do Decreto n. 2.760, de 13 de novembro de 1972, porque aponta, como base de incidência da gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva, apenas o ven-

cimento básico, em evidente desarmonia, inclusive, com a norma do art. 177, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, a qual se vincula para efeitos de regulamentação.

É evidente que não podem a lei estadual ou o seu regulamento sobrepor-se à norma de Direito Constitucional positivo, restringindo o preceito constitucional para o efeito de estreitar o que esta não limita. Nesse aspecto, tem inteira aplicação a regra - ubi lex non distinguit nec interpretet distingere potest.

II - Tendo em vista o exposto,

ACORDAM, em Órgão Especial do Tribunal da Justiça do Estado do Paraná, por maioria absoluta de votos, reconhecida a divergência, consignar que a interpretação a ser observada sobre a matéria, de acordo com as normas constitucionais em vigor, é a de que a gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, incorpora-se, para todos os efeitos, aos vencimentos, e tem como base de incidência não apenas o vencimento básico, como também, os acréscimos constitucionais e mais vantagens pecuniárias percebidas ou percebidas, constituindo-se este entendimento em súmula, nos termos do art. 479, do C.P.C., como precedente de uniformização de jurisprudência.

Cumpridas as formalidades legais e após o trânsito em julgado da presente decisão, devolvam-se os autos ao Egrégio Primeiro Grupo de Câmaras deste Tribunal, para julgamento dos embargos opostos.

Sala das Sessões, em 12.11.82.

(aa) ALCEU MACHADO

Presidente c/voto.

NUNES DO NASCIMENTO

Relator, vencido

EROS GRADOWSKI

Relator designado

MARINO BRAGA

THOMAZ PESSOA

OSSIAN FRANÇA

ZEFERINO KRUKOSKI

vencido nos termos do voto do

Des. Claudio Nunes do Nascimento

RONALDO ACCIOLY

SAID ZANLUTE

RENATO PEDROSO

MÁRIO LOPES

JORGE ANDRIGUETTO

LEMO FILHO

PLÍNIO CACHUBA

HENRIQUE CÉSAR

JOÃO CID PORTUGAL

LIMA LOPES

Embargos Infringentes n. 78/81, ao Acórdão n. 360, na Apelação Cível n. 167/81, de Curitiba - 1.ª Vara da Fazenda Pública.

VOTO VENCIDO DO DESEMBARGADOR

NUNES DO NASCIMENTO

O uso inadequado da palavra "vencimentos", no plural, tanto no Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado (art. 177), como na Constituição Estadual (art. 70), não tem o condão de transformar a "mens legislatoris", que é a de fazer incidir a gratificação apenas sobre o vencimento base, sem os acréscimos.

Decorreu da desatenção do legislador o emprego de tal vocábulo no plural, com o significado administrativo de remuneração ou estipêndio devido ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo, consistente na somatória das quantias correspondentes ao vencimento e respectivos acréscimos. Sua intenção, na verdade, era a de se referir a "vencimentos", simplesmente como vencimento e não como remuneração.

Quando a lei foi sancionada, o art. 177 do Estatuto em exame sofreu veto parcial, precisamente para ser excluído desse dispositivo a locução "e adicionais", com o que ficou inequivocamente demonstrada a intenção do Governo (tripartido) de conceder a gratificação apenas sobre o vencimento base.

Ficou assim redigido o citado artigo 177, da Lei Estadual n. 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado), sem a parte vetada:

"Art. 177 - Pelo exercício do cargo em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conceder-se-á ao funcionário gratificação especial que será fixada entre os limites de cinquenta e cem por cento dos vencimentos... vetado... que perceber, tendo em vista à essencialidade, complexidade e responsabilidade de determinadas funções ou atribuições, bem como as condições e natureza do trabalho das unidades administrativas correspondentes".

Doutro lado, não há como tomar a pluralidade equivocada como sinônimo de remuneração, porque o próprio Estatuto, nos seus arts. 156 e 157, se encarregou de dirimir qualquer dúvida a respeito, conceituando vencimento e remuneração, nos seguintes termos:

Art. 156: "Vencimento é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao símbolo, ao nível, fixado em lei";

Art. 157: "Remuneração é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento, mais as vantagens financeiras asseguradas por lei".

Em tais condições, a gratificação só incidiria sobre a "remuneração" se a esta tivesse a lei feito referência expressa, como não fez.

Finalmente, em toda a legislação estadual pertinente a incidência vem sendo invariavelmente determinada sobre o venci-

mento padrão, como em seguida se verifica: Parágrafo 1.º, do art. 7.º, da Lei n. 5.274, de 28/01/66: "§ 1.º - Pelo exercício do cargo em regime de tempo integral e dedicação exclusiva ao funcionário será concedida a gratificação proporcional ao **vencimento do cargo efetivo...**" (grifado);

Art. 3.º, do Decreto n. 14.519, de 06/03/69: A gratificação de função policial será de 50% (cinquenta por cento) calculada sobre o **vencimento do cargo efetivo...**" (grifado);

Art. 52, da Lei n. 5.978/69: "Pelo exercício do cargo em regime e tempo integral e dedicação exclusiva, perceberá o funcionário gratificação mensal que será fixada em decreto do Chefe do Poder Executivo, até o limite de 100% (cem por cento) sobre o **respectivo vencimento do cargo ou função**" (grifado);

Art. 19, do Decreto n. 22.490, de 16/02/71: "Pelo exercício do cargo em regime de tempo integral e dedicação exclusiva perceberá o funcionário a gratificação mensal, que será fixada em decreto do Poder Executivo, até o limite de 100% sobre o **respectivo vencimento do cargo ou função**" (grifado).

Como se vê, a intenção do Governo, na hipótese, e de toda a legislação estadual a respeito, é no sentido da incidência da gratificação em tela apenas sobre o **vencimento-base e não sobre o universo da remuneração.**

Estas as razões por que recebi os embargos.

Curitiba, 1º/04/82.

(a) CLÁUDIO NUNES DO NASCIMENTO

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 02

Acrescente-se onde couber, o seguinte dispositivo:

"Art. ... - O disposto na Lei n. 6.794, de 08 de junho de 1976, com suas posteriores alterações, é aplicável, indistintamente, aos servidores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ainda que o período aquisitivo do direito tenha sido cumprido em local de trabalho diverso do cargo exercido à época da aposentadoria, sobre o qual serão calculados os benefícios que lhes são devidos.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) IVAN GUBERT

Apoiamento:

Francisco Escorsin, Jorge Maia Filho Donato Gulin, Gilberto Carvalho Ezequias Losso e Gabriel Maribel.

JUSTIFICATIVA:

A Lei n. 6.794/76 concedeu o direito aos servidores públicos que tenham exercido por determinado período, serviços extraordinários, em percentual estipulado em seu texto.

Todavia, é comum que o servidor tenha cumprido o período aquisitivo do direito quando à disposição de outro Poder, ou mesmo ocupando cargo comissionado. Ao chegar o momento da aposentadoria, dúvidas geradas pela interpretação da lei têm causado alguns problemas.

Como o presente Plano de Lei tem por objetivo editar normas regulamentadoras, entendemos oportuna a apresentação da presente emenda.

A propósito, esclarecemos que a mesma não causará aumento de despesas e sua única finalidade é tornar claro o espírito da lei que concedeu o referido benefício a servidores dos Três Poderes, indistintamente, e, sua aplicação, embora a clareza, de seu texto, tornar-se-á mais precisa com a presente emenda.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 03
Acrescente-se o seguinte artigo:

Art. - Aplica-se o disposto no art. 3.º, da Lei n. 8.198, de 17 de dezembro de 1985, aos ocupantes dos cargos previstos no art. 9.º, da Lei n. 8.082, de 28 de maio de 1985.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Anibal Khury, Tuguio Setogutte, José Antônio Fonseca e Trajano Bastos.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N. 04.

Art. - O Anexo do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, a que se refere o Artigo 290, da Lei Complementar n. 14/82, alterado pela Lei Complementar n. 19/83, fica modificado para a inclusão da carreira de Inspetor Detetive, com quadro composto de 200 (duzentas) vagas.

Art. - A tabela de que trata o Anexo II da Lei Complementar n. 14/82, fica acrescida da carreira de Inspetor Detetive, Classe Única e com índice percentual de 70% (setenta por cento) do vencimento do Delegado de Polícia de primeira classe.

Art. - O provimento do cargo de Inspetor Detetive da Polícia Civil do Estado do Paraná será feito mediante processo seletivo interno, do qual poderão participar os detetives lotados em unidades policiais civis que atendam aos seguintes requisitos:

a) - exercício efetivo mínimo de 4 (quatro) anos na função de Detetive da Polícia Civil do Estado do Paraná;

b) - possuir escolaridade correspondente ao 2.º grau completo;

c) - ser aprovado em curso específico de formação, ministrado pela Escola de Polícia Civil do Paraná, com a mesma duração do curso de Formação de Detetives, ministrado aos Agentes de Segurança;

d) - ser integrante da carreira de De-

tetive antes da Lei n. 8.290, de 07 de maio de 1986.

Parágrafo Único - O processo seletivo deverá ser iniciado em até trinta (30) dias após a publicação desta lei.

Sala das Sessões em 17/09/86.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Tuguio Setogutte, Orlando Pessuti, Nestor Baptista, Nelson Vasconcellos, Trajano Bastos José Antônio Fonseca e Acir Mezzadri.

Em discussão o projeto e as emendas. -
Em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Para encaminhar) -
Declino o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.
Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a Emenda do Senhor Deputado Ivan Gubert. Aprovada.

Em votação a Emenda de n. 02 de autoria do senhor Deputado Ivan Gubert. Aprovada.

Em votação a Emenda de n. 03. Aprovada.

Em votação a Emenda de n. 04. Aprovada.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 129/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o Distrito Administrativo de Borda do Campo de São Sebastião, no Município de São José dos Pinhais, com sede na localidade de Borda do Campo, e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 59/86, de 10/06/86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 129/86

PARECER:

De. autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, o presente Plano de Lei tem por finalidade criar o Distrito Administrativo de Borda do Campo de São Sebastião, no Município de São José dos Pinhais, com sede na localidade de Borda do Campo e divisas que especifica.

No que concerne ao mérito, a Proposição é de absoluta oportunidade e justiça, visto que a comunidade de Borda do Campo e de São Sebastião de longa data vem almejando a sua elevação à categoria de distrito.

Em tais circunstâncias, dada à ausência de qualquer impedimento à normal tramitação do Projeto, pelos demais órgãos da Casa, somos de opinião favorável à APROVAÇÃO do mesmo.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 27/08/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 140/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o Distrito Administrativo de São Marcos, no Município de São José dos Pinhais, com sede na localidade do mesmo nome, e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. 65/86, de 19/06/86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 140/86

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, o presente Plano de Lei tem por finalidade criar o Distrito Administrativo de São Marcos, no Município de São José dos Pinhais, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.

No que concerne ao mérito, a Proposição é de absoluta oportunidade e justiça, visto que a comunidade de São Marcos de longa data vem almejando a sua elevação à categoria de distrito.

Em tais circunstâncias, dada à ausência de qualquer impedimento à normal tramitação do Projeto pelos demais órgãos da Casa, somos de opinião favorável à aprovação do mesmo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27/08/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 383/84, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria o Distrito Administrativo de Mauá, no Município de Marilândia do Sul, com divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 308/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede Gratificação de Representação aos Assistentes Jurídicos ativos e inativos, do Quadro Geral do Poder Executivo, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em n. de 4 (quatro) de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury, Nestor Baptista e Fuad Nacli, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

→ EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 01
AO PROJETO DE LEI N. 308/85

Acrescentar o seguinte artigo:

Art. - Os Assistentes Jurídicos do Quadro Próprio da Procuradoria Geral da Justiça, passam a ser denominados Assessores Jurídicos, com os mesmos direitos e vantagens atribuídos aos Advogados do Quadro Geral do Poder Executivo, nos arts. 1.º e 2.º, desta lei."

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Nestor Baptista,
Irondi Pugliesi,
Acir Mezzadri e
Mário Pereira.

→ EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 02
O Art. 1.º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º - Fica instituída a Gratificação de Representação aos Assistentes Jurídicos, Farmacêuticos, Dentistas, Bibliotecários, Jornalistas, Economistas, Administradores, Agrônomos, Veterinários, Engenheiros, Arquitetos, Enfermeiros Alto Padrão, Estatísticos, Assistentes Sociais, Químicos e Psicólogos, ativos e inativos do Quadro Geral do Poder Executivo, correspondente a 55% (cinquenta e cinco por cento) dos vencimentos, e incorporável aos mesmos para todos os efeitos legais."

Acrescente-se o seguinte artigo:

"Art. 2.º - Os Assistentes Jurídicos, do Quadro Próprio da Procuradoria Geral da Justiça, passam a ser denominados Assessores Jurídicos, com os mesmos direitos e vantagens atribuídos aos Advogados do Quadro Geral do Poder Executivo, nos arts. 1.º e 2.º, desta Lei".

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Mário Pereira,
Nestor Baptista,
Irondi Pugliesi e
Acir Mezzadri.

→ EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 03
Artigo Único - Inclua-se onde couber, o seguinte artigo:

"Fica instituída a gratificação de representação aos integrantes do Grupo Ocupacional Engenharia e Arquitetura - TC-1500, ativos e inativos, regidos pela Lei n. 7.122, de 26 de abril de 1979, correspondente a 60% (sessenta por cento) dos vencimentos, e incorporável aos mesmos para todos os efeitos legais".

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) NESTOR BAPTISTA

Apoiamento:

Adhail Sprenger Passos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Quielse Crisóstomo e 01 ilegível.

→ EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 04

Inclua onde couber:

Art. - Ficam estendidos aos Consultores Legislativos do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, os benefícios concedidos na presente Lei.

Sala das Sessões, em 17/09/86.

(a) FUAD NACLI

Apoiamento:

Acir Mezzadri Tadeu Lúcio Machado Ger-
note Kirinus, Gabriel Manoel e Orlando
Pessuti.

Em discussão o Projeto e as emendas.
Em votação o projeto, ressalvadas as emen-
das. Aprovado, artigo por artigo.

Emenda de n. 01. Aprovada.

Emenda de n. 02. Aprovada.

Emenda de n. 03. Aprovada.

Emenda de n. 04. Aprovada.

O projeto irá à 3ª Discussão.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.
52/86, objetivando introduzir a alteração
à Lei n. 7827, de 29/12/83, que dispõe
sobre a distribuição e comercialização, no
Estado do Paraná, de produtos agrotóxicos
e outros biocidas. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.
76/86, que declara de Utilidade Pública a
ASSOCIAÇÃO AZUL DE PESQUISAS E ESTUDOS DA
MENTE, com sede e foro nesta Capital. -
Aprovado.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.
79/86, dispõe que as propagandas ou publi-
cidades produzidas ou veiculadas pela
Secretaria Extraordinária de Comunicação
Social, deverão ter, obrigatoriamente, a
contratação de artistas paranaenses, quan-
do necessário seu uso, no percentual de
80% (oitenta por cento), no mínimo. -
Aprovado.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.
88/86, que declara de Utilidade Pública o
CENTRO ESPÍRITA LUZ E VERDADE, conforme
específica. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.
108/86, de autoria do Deputado EZEQUIAS
LOSSO, que declara de Utilidade Pública o
CENTRO DE TREINAMENTO E REINTEGRAÇÃO SO-
CIAL MONTE HOREBE, com sede e foro no Mu-
nicípio de Rio Branco do Sul. Com Parecer
Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em
Regime de Urgência. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.

47/86, (Mensagem n. 62/86, ex-Proposição
n. 77/86), oriundo do Parecer aprovado por
unanimidade da C.C.J., que aprova o
3. Termo Aditivo, firmado em 26/02/86, ao
Convênio de 15/07/83, entre o Estado do
Paraná, através da Secretaria da Agricul-
tura e da Fundação Instituto Agrônômico
do Paraná e o Ministério da Agricultura;
objetivando a complementação de recursos
financeiros para a consecução do objetivo
previsto no instrumento originário. -
Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.
48/86, (Mensagem n. 61/86, ex-Proposição
n. 73/86), oriundo do Parecer aprovado por
unanimidade da C.C.J., que aprova os Ter-
mos Aditivos celebrados em 21/03/86, entre
o Estado do Paraná, através da Secretaria
da Agricultura e o Ministério da Agricul-
tura, conforme específica. - Aprovado, ar-
tigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.
49/86 (Mensagem n. 63/86, ex-Proposição n.
74/86), oriundo do Parecer aprovado por
unanimidade da C.C.J., que aprova os Con-
vênios celebrados pelo Estado do Paraná,
através da Secretaria da Agricultura, com
as partes, datas e objetivos adiante men-
cionados. - Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.
50/86 (Mensagem n. 52/86, ex-Proposição n.
69/86), oriundo do Parecer aprovado por
Unanimidade da C.C.J. que aprova o Pri-
meiro Termo Aditivo, firmado em 30/12/85,
ao Convênio SAREM n. 63/85, celebrado em
02/10/85, entre o Estado do Paraná e a
União, através da Secretaria de Planeja-
mento da Presidência da República, objeti-
vando a prorrogação do prazo de vigência
do instrumento originário. - Aprovado, ar-
tigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.
51/86, (Mensagem n. 64/86, ex-Proposição
n. 76/86), oriundo do Parecer aprovado por
unanimidade da C.C.J., que aprova os Ter-
mos Aditivos celebrados pelo Estado do Pa-
raná, através da Secretaria da Agricul-
tura, com as partes, datas e objetivos
adiante mencionados. - Aprovado, artigo
por artigo.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei n.
146/85, de autoria do Deputado FERRARI JÚ-
NIOR, que aprova o memorial descritivo e
as confrontações do Município de Doutor
Camargo, conforme específica. Com Parecer

Favorável da C.C.J. à Emenda Substitutiva, por unanimidade. Em Regime de Urgência. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 280/85, de autoria do Deputado JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Prelado da Igreja Católica, DOM OLÍVIO AURÉLIO FAZZA, Bispo Diocesano de Foz do Iguaçu - PR. Com Parecer Favorável da C.C.J., à Emenda Substitutiva, por unanimidade. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 304/85, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI e OUTROS, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Município de Paulo Frontin, parte remanescente, não utilizada, do imóvel constituído pelo lote de terreno urbano, com área de 14.200,00m², situado no quadro urbano da cidade de Paulo Frontin, com as confrontações e metragens que especifica, transcrito no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet. Com Substitutivo Geral da C.C.J. e Parecer Favorável, por unanimidade. Em Regime de Urgência. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 56/86, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que denomina RODOVIA VEREADOR JOCELINE PEREIRA DOS SANTOS, a rodovia que liga Goioerê - Nova Aurora. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 101/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 58/86), que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder a doação de área de terras de propriedade do Estado ao Município de Santa Inês, com área de 450 m², constituída pelo lote de terreno urbano n. 4, da Quadra n. 10, situada naquela localidade, conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 139/86, de autoria do poder Executivo (Mensagem n. 74/86), que objetiva conceder uma pensão mensal no valor de 4,9 (quatro vírgula nove) salários mínimos a ANNA ELFRIDA ANDERSEN PETUYA, filha de Alfredo Andersen. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.

184/86, de autoria do Deputado NILSO SGUARZI, que declara de Utilidade Pública a LOJA MAÇÔNICA "JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA", com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 54/86 (Mensagem n. 45/86, ex-Proposição n. 61/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Primeiro termo Aditivo, datado de 31/12/85, ao Convênio MDU (CNDU/SDU), n. 007/85, celebrado em 16/09/85, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, visando a preparação do Subprojeto Londrina - Maringá/METRONOR, do Projeto Cidades de Porte Médio. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 55/86 (Mensagem n. 48/86, ex-Proposição n. 63/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, objetivando a transferência de recursos e de tecnologia do sistema construtivo de natureza alternativa tipo solo-cimento, com destinação que especifica, nas municipalidades adiante mencionadas. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 56/86 (Mensagem n. 84/86, ex-Proposição n. 87/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 25/04/86, entre o Estado, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e o Ministério da Indústria e do Comércio, através do Conselho do Desenvolvimento Comercial, objetivando a cooperação técnico-financeira para manutenção do projeto. "Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Região Metropolitana de Curitiba". - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 57/86 (Mensagem n. 85/86, ex-Proposição n. 90/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo do Convênio de Cooperação Técnica, celebrado em 23/12/85, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias da Indústria e Comércio e da Agricultura, o Ministério da Agricultura, através da OCEPAR, objetivando a execução de um programa de desenvolvimento da cultura paranaense baseado na organização cooperativa. - Aprovado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Lourival Rauhen, ocorrido no dia 03 de setembro do corrente ano, nesta Capital. - Aprovado. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Pedro Jorge Júnior, ocorrido no dia 13 de setembro do corrente ano, no Município de Paranavaí. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Jacob, ocorrido no dia 03 de setembro do corrente ano, nesta Capital. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Victor Inácio da Silva, ocorrido no dia 15 de setembro do corrente ano, nesta Capital. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a devolução ao Tribunal de Contas do Estado, da prestação de contas do Sr. ex-Governador José Richa, relativas ao exercício de 1984. - Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, acredito que o Tribunal de Contas já deu seu Parecer sobre a Prestação de Contas.

Ademais, Sr. Presidente, está instalada a Comissão de Tomada de Contas nesta Casa, e competiria a esta Comissão, pedir alguma informação, se necessária.

Solicito de Vossa Excelência que indefira o referido requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Esta Presidência deixa de colocar em apreciação de Plenário o requerimento do Deputado Luiz Alberto Oliveira, com base no artigo 63, do Regimento Interno, que delega poderes à Comissão de Tomada de Contas a requisitar informações dos Poderes públicos. Portanto, considero o requerimento prejudicado.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 153/86, que declara de utilidade pública o Clube Esportivo do Deficiente, com sede nesta Capital. Aprovado. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 383/84, que cria o Distrito Administrativo de Mauá da Serra, no Município de Marilândia do Sul, com divisas que especifica. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 184/86, que declara de utilidade pública a Loja Maçônica José Bonifácio de Andrada e Silva, desta Capital. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 113/83, que cria o Município de Rosário do Ivaí. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 195/86, que declara de utilidade pública a Sociedade de Promoção Social do Fissurado Lábio-Palatal. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 154/86. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 204/86, que autoriza o Poder Executivo a doar à Cooperativa Agrícola Irati Ltda., uma área de terra, com 5.000 m2, situada no Município de Mallet. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 162/86, que regulamenta a profissão de Despachante, na forma que especifica. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 157/86, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores da Secretaria do Interior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 173/86, haja vista que se trata de projeto de lei que procura alterar a Lei Complementar n. 27, sendo, portanto, matéria de vital importância. -

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 94/86, que denomina "Rodovia Agostinho Ducci", a Rodovia PR-218, que liga o Município de São Sebastião da Amoreira à Rodovia PR-160. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações, pela passagem do Mês da Bíblia, celebrada pela Igreja, em todo o território nacional. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um telefone público no Município de Campo Mourão. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a instalação de uma Agência de Rendas, no Município de Tapira. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de cópia de seu discurso pronunciado neste Plenário, no dia primeiro do corrente mês, sobre o problema da falta de leite, aos Srs. Presidentes da Organização das Cooperativas do Brasil e da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná e ao Sr. Ministro das Finanças. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, objetivando a criação de um consultório odontológico, no Município de Boa Esperança. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando seja revisto o projeto da rodovia asfáltica que liga os Municípios de Guaraniaçu e Palmital, no sentido de incluir no mesmo, o Distrito de Diamante, no Município de Guaraniaçu. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, parabenizando os Grupos de Alcoólatras Anônimos - AA do Paraná, pela passagem do 18.º aniversário de

implantação deste movimento no Estado. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando moção de solidariedade ao povo chileno, em sua luta contra a tirania e pelo restabelecimento da democracia. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de retificação ao expediente aprovado em plenário, no dia 27 de agosto do corrente ano, que solicita sejam estendidas as vantagens da Lei n. 1782, de 24 de dezembro de 1952, aos Suboficiais e Sargentos Especialistas da Aeronáutica, ao que se acrescenta "portadores da Cruz da Aviação e já transferidos para a reserva não remunerada". - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um telefone público junto ao Colégio Estadual Dom Bosco - Ensino de Primeiro e Segundo Graus, no Município de Campo Mourão. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Irrigação, encarecendo a inclusão do Município de Querência do Norte no plano de irrigação daquele Ministério. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, viabilizando a implantação do ensino de Segundo Grau, no Distrito Administrativo de Piquirivai, Município de Campo Mourão. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, viabilizando a liberação de verbas, ao Distrito Administrativo de São Vicente, Município de Araruna. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, viabilizando o asfaltamento, partindo da Rodovia Vassílio Boiko, na saída para o Município de Roncador, até a COAMO - Cooperativa Agropecuária Mourãoense, no Município de Iretama. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-

do Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a implantação do ensino de Segundo Grau, em Ourilândia, Município de Barbosa Ferraz. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, viabilizando a destinação de recursos financeiros para a conclusão das obras do Centro Comunitário, do Município de Campo Mourão. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a realização de novos trabalhos para a perfuração de um poço artesiano na Vila Brzezinski, Município de Campo Mourão. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, viabilizando a recuperação e conservação da estrada que liga os Municípios de Campo Mourão e Roncador. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DER, por intermédio da Secretaria dos Transportes, encarecendo o cascalhamento, através do PRÓRURAL, no trecho entre as localidades de Córrego Fundo e José Batista, Município de Arapoti. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine à SANEPAR, a extensão da rede de tratamento de água até Vila "Asa Branca", no Bairro do Atuba, nesta Capital. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, viabilizando estudos para inclusão, na próxima reforma judiciária, da criação do Distrito Judiciário de Mauá da Serra e Nova Amoreira, no Município de Marilândia do Sul. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes,

encarecendo a pavimentação asfáltica da estrada que liga os Municípios de Paigandu e Ourizona. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, viabilizando a pavimentação asfáltica da estrada que liga, no Município de São Jorge do Patrocínio, esta cidade, à Vila Oriental. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam adiadas todas as entregas de títulos de cidadania, já aprovados, para data posterior a 20 de novembro do corrente ano. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o recapeamento da BR-182 1, que liga o Município de Diamante do Norte, passando por Itaúna do Sul a Nova Londrina, bem como o alargamento da curva existente na entrada para o Bairro do Azimare, Município de Itaúna do Sul. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Superintendente da LBA no Paraná, encarecendo a instalação de um núcleo, para o Município de Missal. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a liberação de um consultório dentário, no posto de saúde do Município de Missal. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 206/86, que cria o Município de Ouro Verde do Oeste, desmembrado de Toledo. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo um maior apoio no setor de assistência social, no Município de Juranda. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado,

encarecendo a destinação de recursos para a construção de uma sede administrativa da Reserva Florestal, do Município de Fênix. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a criação e instalação de uma central telefônica, no Município de Quinta do Sol. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a liberação de recursos para a construção de um mini-posto para a Vila Brzezinski, no Município de Campo Mourão. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, viabilizando maior efetivo policial, para o Município de Goioerê. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, viabilizando a ampliação da Escola Estadual Marechal Rondon, do Município de Campo Mourão, com a construção de uma sala para biblioteca, uma sala para secretaria e um salão nobre ou anfiteatro. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo a construção de um poço artesiano, no Distrito de Flor do Oeste, Município de Goioerê. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação de uma delegacia de polícia no Lar Paraná, no Município de Campo Mourão. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o retorno à Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 195/85, tendo em vista haver sido aprovado em Regime de Urgência, em dezembro de 1985. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo melhorias no Posto de

Saúde do Município de Tapira. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, viabilizando a instalação de uma Delegacia da Mulher, no Município de Campo Mourão. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo informações sobre o Sr. Said Kalife Nage. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inserção em Ata, da fixação da data de 21 de outubro de 1986, para a entrega do Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Dr. René Ariel Dotti. - **Prejudicado** face à aprovação de requerimento adiando todas as datas, para após 15.11.86.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, pedindo restrição no relacionamento do Brasil com o Chile, como forma de apressar o retorno desse País vizinho, à democracia. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, para que informe a esta Casa, das providências que vem sendo tomadas por aquela Pasta, com relação às notícias veiculadas através do Jornal "O Estado de São Paulo", sobre o grande problema dos furtos de automóveis em nosso País. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 195/85, que estrutura o Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Município de Ponta Grossa, pela passagem do 163º aniversário de fundação. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, expressando voto de solidariedade pela medida tomada, ao

determinar à Procuradoria Geral do Estado, tomar medidas judiciais destinadas à reabertura da Rodovia do Colono, que atravessa o Parque Estadual do Iguaçu.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado e Sra. Secretária da Educação, viabilizando a implantação, em nosso Estado, do Programa de Formação Integral da Criança - PROFIC, conforme especifica.- Retirado pelo autor.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos para a construção de um centro social, no Município de Janiópolis.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, visando a pintura do Colégio João XXIII, no Município de Mamborê.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Re-

gime de Urgência ao Projeto de Lei n. 153/86, que declara de utilidade pública o Clube Esportivo do Deficiente, nesta Capital.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 18, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 308/85 e 158/86, e dos Projetos de Resolução n. 47, 48, 49, 50 e 51/86.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 383/84, 146, 280 e 304/85; 56, 101, 129, 139, 140 e 184/86 e dos Projetos de Resolução n. 54, 55, 56 e 57/86.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 106/86.

Marca ainda, para logo após, uma Sessão Extraordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n. 39, 84, 109, 116, 120, 136 e 138/86 e dos Projetos de Resolução n. 41, 44, 45 e 46/86.

Levanta-se a sessão.